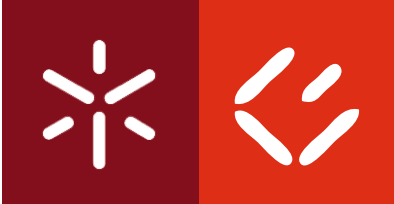


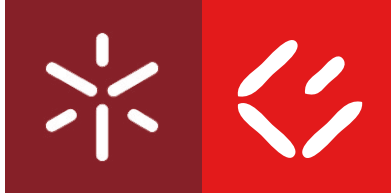


Vanessa Sabrina Teixeira Braga

Sobre a sustentabilidade da oferta da formação superior em Economia Social através de um inquérito respondido pelos alunos de licenciaturas das Universidades de Braga

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Vanessa Sabrina Teixeira Braga

**Sobre a sustentabilidade da oferta da
formação superior em Economia Social
através de um inquérito respondido pelos
alunos de licenciaturas das Universidades
de Braga**

Tese de Mestrado
Mestrado em Economia Social

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professor Doutor Paulo Reis Mourão

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 3

Declaração a incluir na Tese de Doutoramento (ou equivalente) ou no trabalho de Mestrado

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição-SemDerivações
CC BY-ND**

AGRADECIMENTOS

Esta Dissertação não seria possível sem a imprescindível ajuda de algumas pessoas e entidades.

O meu primeiro e mais importante agradecimento vai para quem devo muito por me ter dado motivação, apoio, e valiosas sugestões de melhoria. Sem essa ajuda esta Dissertação jamais teria sido concluída. Esse agradecimento vai para o meu Professor de Licenciatura, em que aprendi bastante sobre macroeconomia, o meu Professor de Mestrado e que foi também o meu Orientador nesta tese - é a ele a quem dedico esta Dissertação.

Aos meus pais que me apoiaram sempre em todas as decisões e me motivaram para que eu me candidatasse a este Mestrado.

Ao meu namorado pelo incentivo, pela compreensão e por ter-me ajudado, com a sua disponibilidade à realização deste sonho de ser mestre em Economia Social.

O meu muito obrigado aos professores e alunos que dispensaram alguns minutos das suas aulas e tempos de lazer para responder aos inquéritos, sem eles não haveria investigação e respostas verdadeiras.

Deixo também o meu agradecimento a alguns colegas de Mestrado que sempre se mostraram disponíveis para ajudar e me incentivaram a concluir este Mestrado.

O meu muito obrigada!

Despacho RT - 31 /2019 - Anexo 4

Declaração a incluir na Tese de Doutoramento (ou equivalente) ou no trabalho de Mestrado

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

STATEMENT OF INTEGRITY

I hereby declare having conducted this academic work with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of undue use of information or falsification of results along the process leading to its elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged the Code of Ethical Conduct of the University of Minho.

RESUMO

Neste momento vivemos num mundo de grandes transformações, o que torna o papel da Economia Social (ES) cada vez mais importante nas sociedades ocidentais e um pouco por todo o mundo. As organizações da ES são, muitas vezes, o único espaço de afirmação daqueles que não têm voz ou relativamente aos quais é fácil negar direitos. O objetivo desta tese é analisar a perceção que os alunos têm sobre a Economia Social.

No contexto da ES, além da caracterização, discussão concetual e reflexão acerca da sua identidade, no mundo e em Portugal, demos enfoque, neste domínio, aos alunos de 3º Ano de Licenciaturas da Universidade do Minho e da Universidade Católica Portuguesa, estudantes nos polos de Braga destas instituições. Sequencialmente, trabalhamos ao nível da realização de inquéritos para avaliar as perspetivas de sustentabilidade da Economia Social junto dos alunos.

Neste sentido, foi realizado na primeira parte do trabalho um Enquadramento Histórico do Terceiro Setor, tanto em Portugal como na Europa assim como uma abordagem dos principais desafios sentidos pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Nesta sequência, impõe-se uma reflexão sobre a oferta formativa baseada na Economia Social em Portugal. Assim, na secção empírica desta Tese serão discutidos os resultados obtidos a partir de uma análise aos 390 inquéritos realizados, presencialmente e em contexto de aulas, a alunos de 3º ano de Licenciatura em Instituições de Ensino Superior de Braga. Pretendeu-se aferir o conhecimento dos inquiridos sobre a Oferta de um Mestrado focado na Economia Social na sua área geográfica de residência. Foram abrangidas 15 Licenciaturas, entre as quais, duas são na Universidade Católica Portuguesa. Os resultados deste estudo são muito desafiantes, pois 50% dos inquiridos revelaram não ter conhecimento do Mestrado em Economia Social da Universidade do Minho. 51% dos inquiridos deram respostas, no entanto, em favor de um interesse potencial para frequentarem o Mestrado em Economia Social, o que nos remete para a possibilidade deste Mestrado ter garantias de sustentabilidade para o futuro.

Palavras-Chave: Economia Social, Terceiro Setor, Sustentabilidade, Receitas, e Gestão de Recurso do Terceiro Setor.

ABSTRACT

At the moment we live in a world of great transformations, which makes the role of Social Economy (ES) increasingly important in Western societies and throughout the world. ES organizations are often the only space for affirmation of those who have no voice or for whom it is easy to deny rights. The aim of this thesis is to analyze the perception that the students of Braga have about Social Economy.

In the context of ES, in addition to characterization, conceptual discussion and reflection about its identity, in the world and in Portugal, we focused on the 3rd year undergraduate students of the University of Minho and the Portuguese Catholic University, students at the poles of these institutions. Sequentially, we worked at the level of conducting surveys to evaluate the sustainability perspectives of the Social Economy among students.

In this sense, in the first part of the work a Historical Framework of the Third Sector was carried out, both in Portugal and in Europe, as well as an approach to the main challenges felt by the Private Institutions of Social Solidarity (IPSS). In this sequence, it is necessary to reflect on the educational offer based on the Social Economy in Portugal. Thus, the empirical section of this thesis will discuss the results obtained from an analysis of the 390 surveys carried out, in person and in class context, to 3rd year undergraduate students in Braga Higher Education Institutions. It was intended to measure the knowledge of the respondents about the offer of a Master's degree focused on Social Economy in their geographic area of residence. Fifteen undergraduate degrees were included, of which two are from the Portuguese Catholic University. The results of this study are very challenging, since 50% of the respondents revealed that they did not know about the MSc in Social Economics at the University of Minho. 51% of the respondents gave answers, however, in favor of a potential interest to attend the MSc in Social Economics, which brings us to the possibility of this Master to have guarantees of sustainability for the future.

Keywords: Social Economy, Third Sector, Sustainability, Revenues, and Resource Management of the Third Sector.

ÍNDICE

1 – Introdução	1
2 – Enquadramento Teórico	3
2.1 – Contexto Histórico do Terceiro Setor.....	3
2.2 – Terceiro Setor Na Europa	7
2.3 – Terceiro Setor Em Portugal	12
2.4 – Peso Económico das IPSS	14
2.5 – Financiamento do Terceiro Setor	15
2.6 – Desafios correntes das IPSS	16
2.6.1 – O desafio financeiro ao nível das IPSS	16
2.6.2 – O desafio da sustentabilidade organizacional	18
2.6.3 – O desafio da valorização do capital humano nas IPSS	20
2.7 – O Ensino da Economia Social em Portugal como uma tentativa de responder aos desafios das IPSS.....	22
3 – Metodologia	25
3.1 – Estudo de Caso, População e Amostra	26
3.2 – Objetivo, construção e etapas da distribuição do inquérito.....	26
3.3 – Tipo de Inquérito.....	29
3.4 – Inquérito por questionário	30
3.5 – Processo de Recolha de Dados.....	31
4 - Apuramento e discussão dos resultados dos inquéritos por questionário...32	
4.1 – Discussão dos Resultados.....	32
4.2 – Conclusões e implicações derivadas dos inquéritos distribuídos	48
5 - Considerações finais	49
6 – Desafios futuros do ensino da Economia Social	51
Bibliografia.....	52
Anexos.....	60
Anexo 1 – Declaração de autorização para a realização dos inquéritos.....	61
Anexo 2 – Inquérito por questionário	62
Anexo 3 – Email’s para os directores das licenciaturas.....	66

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Dimensão da Economia Social e do Sector Não-lucrativo na Europa (no ano de 2000)	8
Tabela 2 - Receitas das Organizações Não Lucrativas	16
Tabela 3 - Listagem das Licenciaturas envolvidas do Estudo	288

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Terceiro Setor em Portugal	4
--	----------

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de Mestrados e Pós Graduações centrados na Economia Social e/ou no Terceiro Setor (1981).....	23
Quadro 2 - Idade e Sexo dos inquiridos das licenciaturas	33
Quadro 3 - Habilitações Literárias	34
Quadro 4 - Conhecimento do Mestrado de Economia Social.....	35
Quadro 5 - Obtenção do Conhecimento do Mestrado de Economia Social	36
Quadro 6 - Conhecimento por parte dos alunos de 3º ano de licenciatura do horário de funcionamento do MES	37
Quadro 7 - Conhecimento dos incentivos económicos do Mestrado.....	38
Quadro 8 - Potencial de empregabilidade do Mestrado	40
Quadro 9 - Prémios associados ao MES.....	41
Quadro 10 - Prémio de investigação de Cátia Fernandes.....	42
Quadro 11 - Prémio de investigação de Teresa Pereira.....	43
Quadro 12 - Prémio de investigação de Sofia Pereira.....	44
Quadro 13 - Temas abordados nas 36 teses das edições anteriores ao Mestrado	45
Quadro 14 - A importância do Mestrado de Economia Social para atualidade	46
Quadro 15 - Opção pelo Mestrado de Economia Social	47

1 – Introdução

O presente trabalho foi elaborado no âmbito do Mestrado em Economia Social sob a orientação do Prof. Doutor Paulo Mourão e aborda o tema da Sustentabilidade do Mestrado de Economia Social na Universidade do Minho através de um inquérito aos alunos do 3º ano das Instituições de Ensino Superior de Braga sobre o conhecimento, perspetivas e expectativas detidas em relação ao Mestrado em Economia Social.

As organizações sem fins lucrativos têm recursos escassos, tanto financeiros como humanos. As organizações não dispõem de competências técnicas e ferramentas de gestão e planeamento. Existe ainda uma cultura de fraca participação dos utilizadores do serviço, para o qual é orientado, observando-se ausência de trabalho em rede e pouca articulação. Existe também grave dependência face ao financiamento de entidades reguladoras e uma focalização na resolução de problemas de curto prazo, despreocupando o futuro da organização. Estas inúmeras causas, por vezes, não são analisadas conscientemente e a sua focalização para os seus dirigentes é de pouca atenção e importância (Quintão, 2007; Pereirinha, 2003).

Esta problemática tem sido bastante abordada por diversos autores. Autores como Quintão, Colonna e Mourão, Pedro Hespanha e também Evers são alguns exemplos de autores que abordam a preocupação com o Terceiro Setor. Assim, nos seus textos, refletem o objetivo de apelar ao estudo sobre “a falta de sustentabilidade no terceiro setor”, sendo este um setor de muita importância para o país em crise. A oportunidade de aprofundamento desta temática surge com relevância acrescida devido ao seu reconhecimento crescente, tanto no plano internacional como nacional. Segundo dois estudos realizados pelo CIRIEC¹, o terceiro sector era um tema emergente em Portugal no final do século XX, prefigurando-se Portugal, no presente, um dos países onde este conceito encontra maior reconhecimento.

A questão da sustentabilidade nas organizações sem fins lucrativos é extremamente atual, pois estão agrupadas no Terceiro Setor. São elas que empregam cerca de 227 mil trabalhadores em tempo integral, o equivalente a 5,5 % do emprego assalariado em Portugal. Nisso, o Terceiro Setor é o responsável por 2,8 % do valor adicionado bruto no PIB Português (INE, 2013). Para elaborar este trabalho realizou-se uma revisão conceptual baseada em dimensões como terceiro setor, sustentabilidade, economia do

¹ CIRIEC (Centre international de recherches et d'information sur l'économie publique, sociale et coopérative) (2000, p. 39-47) e Chaves e Monzón (2007, p. 12-14).

terceiro setor, formação em economia social e o seu aparecimento, que está retratada em todo o capítulo 2.

Assim, o surgimento do ensino da Economia Social, iniciando-se na Universidade de Coimbra em 1981, iniciou a formação na área, que obteve várias transformações de mentalidades. Desde há cerca de 17 anos, os Mestrados e as Pós-graduações em Economia Social foram aumentando de número, e o interesse por essa área foi um dos motivos para que a Universidade do Minho tivesse necessidade de integrar um Mestrado em Economia Social, que já conta com a 10^a edição de MES². Neste sentido, achou-se interessante abordar alunos de terceiro ano de licenciatura da Universidade do Minho e da Universidade Católica Portuguesa. Desta forma, prepararam-se inquéritos onde só responderiam alunos de terceiro ano de licenciatura, pois estes são os eventuais interessados na formação em causa. Nisto, o terceiro capítulo trata da metodologia envolvente da dissertação. Neste capítulo serão discutidas a amostra, a população alvo, os pré-testes e os resultados obtidos a partir dos 390 inquéritos que foram respondidos.

Já num quarto capítulo desta dissertação é tratada de forma detalhada uma discussão de todos os quadros com as respostas dos inquéritos realizados e por fim haverá uma reflexão e discussão das implicações das respostas (no Capítulo 5) bem como uma reflexão dos desafios emergentes (no Capítulo 6).

Desta forma, e como conclusão de todo o nosso estudo, será apresentada uma reflexão crítica e prospetiva de toda esta investigação e os desafios que se propõem para o Ensino da Economia Social em Portugal.

² MES – Mestrado em Economia Social, 9 edição.

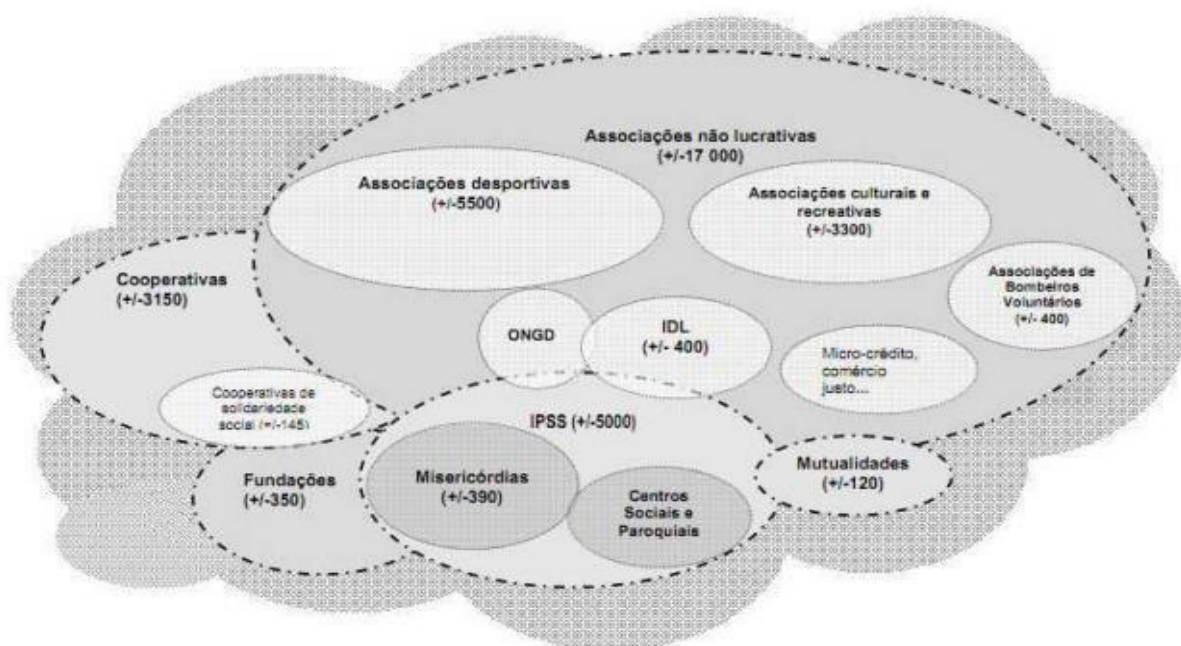
2 – Enquadramento Teórico

2.1 - Contexto Histórico do Terceiro Setor

Em 1979, o termo “Terceiro Setor” foi utilizado pela primeira vez por J. Delors e J. Gaudim num texto intitulado “*Pour la création d’un troisième secteur coexistant avec celui de l’économie de marche et celui des administrations*” e tem tido uma utilização crescente desde o final da década de 90. De uma forma mais ampla, o termo é utilizado para designar um conjunto de organizações muito diversificadas entre si: “(...) representam formas de organização de atividades de produção e distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos dominantes – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos, designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado” (Quintão, 2008). Por exemplo, no mundo ocidental as organizações que são representativas deste setor são as associações, as cooperativas, as mutualidades, as fundações, os sindicatos, os clubes recreativos e as organizações religiosas. São as formas mais amplamente institucionalizadas nos países democráticos.

O Terceiro Sector em Portugal tem uma grande diversidade de atores e de instituições. Os grupos mais representativos deste sector são as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), e entre estas, as Santas Casas de Misericórdia (INE/CASES, 2013). Em Portugal, no ano de 2011, o número destas instituições de terceiro setor ascendeu a 396 distribuídas entre os 308 municípios portugueses. No entanto, estes indicadores podem variar de acordo com diferentes fontes. (Colonna e Mourão, 2011). A gestão e direção destas confrarias pertencem a irmandades locais. A Figura 1 esboça o universo das entidades do Terceiro Setor em Portugal.

Figura 1 - Terceiro Setor em Portugal³



Como refere Quintão (2007), em Portugal, tal como nos países da Europa Ocidental, a génese das organizações contemporâneas do terceiro sector situa-se no século XIX, com a emergência de iniciativas e experiências revolucionárias, no contexto intitulado “questão social” e de hegemonização dos ideais liberais em termos económicos e políticos. Inspirados por correntes ideológicas como o socialismo utópico, o social cristianismo e pelo próprio liberalismo económico, foram três os principais movimentos sociais que emergiam como formas de atividade económica alternativas à economia capitalista em hegemonização: o cooperativismo, o mutualismo e o associativismo.

O nosso país, derivado do seu menor grau de industrialização e urbanização e por uma forte presença da Igreja Católica, não permitiu que estes movimentos tivessem alcançado um desenvolvimento tão acentuado como noutros países. Segundo Carreira (1996) “nunca o mutualismo conheceu em Portugal o grau de penetração atingido em outros países da Europa.” (Carreira, 1996, p. 387)

Com o Estado Novo, Portugal seguiu uma estratégia de desenvolvimento económico marcado pelo isolamento face ao exterior, pela instauração de um regime de privação dos direitos fundamentais da liberdade de expressão e de associação, bem como de outros direitos cívicos e sociais (Carreira, 1996, p. 332). A implementação de um

³ Fonte da figura 1: O Terceiro Setor e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar Carlota Quintão; Instituto de Sociologia, Porto, IS Working Papers, Porto, 2011.

regime corporativo de organização de interesses e de um regime assistencialista tutelado pelo Estado para os problemas sociais mais agudos teve impacto muito negativo nas organizações da sociedade civil, em particular nas cooperativas e mutualidades que eram identificadas como instrumentos de orientação coletivista. A par da regressão de formas de organização do terceiro setor previamente existentes e em expansão no contexto europeu, verificou-se igualmente um processo de instrumentalização de algumas delas cuja sobrevivência foi permitida ou até estimulada por parte do Estado, embora sob lógicas corporativas e de controlo e vigilância (Hespanha, 2000, p. 115-142).

Segundo Hespanha et al (2000), no domínio da proteção social, o Estado manteve-se ausente aos níveis do financiamento e da prestação direta de serviços, assentando a proteção social em duas componentes: uma assistencial, apoiada na ação caritativa da Igreja Católica, e uma de Previdência Social, apoiada em regimes contributivos do trabalho, assente em corporações de base empresarial ou profissional. Na década de 60, uma reforma da previdência social, que ficou aquém das intenções expressas, propôs pela primeira vez a generalização da proteção social à população através de um sistema integrado, composto por três pilares: o sistema de saúde; a assistência, que passou a designar-se ação social; e a previdência, promovendo o alargamento do sistema contributivo e corporativo existente. Assim, a Igreja Católica viu o seu papel reforçado quer no domínio da saúde, pela concessão da gestão de unidades hospitalares às Misericórdias, quer da ação social onde foram estimuladas as Instituições Particulares de Assistência (atuais Instituições Particulares de Solidariedade Social, as designadas por IPSS), na sua maioria associações de direito canónico. As associações mutualistas, que são distanciadas de um papel facultativo e complementar aos seguros sociais obrigatórios, viram o seu número reduzir significativamente (de 552 em 1931 para 160 em 1973). No ramo cooperativo, embora aumentando o número de unidades (passou-se das cerca de 300 unidades para cerca de 900), foi regulado de forma repressiva em alguns ramos de atividade (nomeadamente, cultural, de consumo e de produção) e de forma restritiva noutros ramos, nomeadamente no agrícola, onde as cooperativas tiveram um significativo papel de estruturação e vigilância do território rural (Quintão, 2008).

Posto isso, segundo Evers e Laville (2005, p. 11-23), o terceiro setor é designado um campo de investigação emergente, ocupando o espaço intermédio entre o Estado e o Mercado. O Estado assume-se através das formas de organização dos governos e das administrações públicas, que se constituem como setor público no plano económico. O Mercado é constituído pelas formas privadas de organização empresarial de finalidade

lucrativa. O Terceiro Setor constitui um setor composto por um conjunto difuso de organizações de iniciativas de coletividades da sociedade civil, com características muito distintas.

A Economia Social surge com maior relevância, devido ao aparecimento de novos problemas, que afetam a maioria dos países, incluindo Portugal, tais como: abrandamento do crescimento económico, aumento da exclusão social e do desemprego de longa duração, e a menores níveis de poupanças. Estes são desafios para os quais não se encontram respostas eficazes nem por parte do Estado nem do Mercado. Trata-se de uma área de análise científica, obtendo um reconhecimento considerável no final do século XIX, em França, tendo tido uma grande difusão nos países francófonos e no seu raio de influência. O seu nascimento é contemporâneo de emergência dos movimentos sociais (o associativismo, cooperativismo, etc.), que se desenvolvem nesse século, e que configuram no presente as formas de organização contemporâneas mais amplamente reconhecidas da economia social. Rui Namorado (2004) define a Economia Social como uma “constelação de esperanças”, pois este setor é relativamente autónomo dos setor público e privado na resposta a necessidades económicas e sociais. Deste conceito concorrem expressões como economia solidária, terceiro setor, organizações não lucrativas ou voluntárias. O terceiro setor é uma parte integrante da economia social.

Neste contexto, o conceito de terceiro setor na realidade portuguesa tem tradição histórica em movimentos associativos, cooperativistas e mutualista. Contudo, designações para o setor como um todo ainda são recentes e escassas, sendo necessário recorrer a conceitos desenvolvidos em outros países (Monzon e Defourny, 1992). Mas o papel do terceiro setor na nossa sociedade tem vindo a ser reconhecido em diversas áreas como gerador de valor económico, sendo um importante setor de produção de bens e serviços, no emprego e na luta contra o desemprego, verificando-se isso no aumento do emprego e da dedicação à formação e à inserção de população desfavorecida; na luta contra a exclusão social e do potencial para a construção do modelo social europeu, como a criação de novas formas institucionais e novas formas de trabalho em rede e parceria; e por fim no desenvolvimento local com a criação de respostas em situações desfavorecidas e em regiões distantes e precárias.

2.2 – Terceiro Setor na Europa

Os primeiros dados comentados neste trabalho referem-se ao estudo elaborado pelo CIRIEC (2000) e englobam todas as organizações da economia social, ou seja, cooperativas, mutualidades e associações. O segundo estudo sobre a realidade europeia, da Universidade John Hopkins (Quintão, 2008), diz respeito apenas às organizações não-lucrativas, pelo que exclui as cooperativas e as mutualidades. Ambos apresentam a percentagem de pessoas a trabalhar nestas organizações, numa medida de tempo equivalente a emprego a tempo inteiro em percentagem do emprego civil em cada país. Enquanto o estudo do CIRIEC apenas nos fornece dados relativos a empregados, os dados da John Hopkins apresentam informação relativa a empregados e também ao tempo de trabalho voluntário, ainda que apenas uma parte corresponda às associações da economia social.

O que nos é dado a ver na seguinte tabela é que o total do emprego nas cooperativas, mutualidades e associações apresenta uma percentagem relativamente importante no total do emprego civil nos países europeus (6,6%), com as associações a sobressaírem relativamente às cooperativas e mutualidades (4,7%). Ainda assim, as cooperativas têm um peso relativo importante, constituindo cerca de metade da totalidade dos empregos na economia social em países como Espanha, Itália, Espanha, Finlândia e Suécia. As mutualidades (mais de saúde do que de seguro) representam 5% a 7% do emprego na economia social na França e Alemanha. No caso da Espanha elas também têm uma importância considerável, ainda que estejam entre as cooperativas do ramo de Seguros nas estatísticas do CIRIEC.

Tabela 1 - Dimensão da Economia Social e do Sector Não-lucrativo na Europa (no ano de 2000)

Org. Economia Social(a)					Organizações do Sector Não-lucrativo (b)							
% Empregados (ETI)					% Trabalhadores (ETI)		Áreas de Actividade % Trabalhadores (ETI) sector não-lucrativo					
Coop.	Mutu.	Assoc.	Total		Emprega- -dos	Voluntá- -rios	Saúde	Serv. Sociais	Educ.	Desenv.	Cultura	Advoca- -cia
Irlanda	2,7	0,1	9,8	12,6	9,8	2,6	23,3	13,0	43	5,7	10,5	0,5
Reino Unido	0,6	0,1	6,7	7,3	6,4	5,1	8,0	16,0	25,4	12,5	27,5	1,8
Dinamarca	3,4	-	9,2	12,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Suécia	2,6	0,2	2,4	5,1	2,3	-	1,7	12,9	11,6	5	39,2	8
Finlândia	3,8	-	3,1	6,9	3,1	3,7	13,1	15,5	12,4	1,6	32,6	16,8
Holanda	2,1	-	12,6	14,7	12,5	7,5	28,9	20,5	23,3	1,7	17,3	3
Alemanha	1,4	0,4	4,0	5,8	4,5	3,0	21,8	27,2	7,6	4,4	19,7	3,3
Áustria	1,6	0,2	5,1	6,9	4,2	1,2	9,1	49,9	6,9	0	6,5	3,5
Bélgica	0,9	0,3	4,6	5,9	10,2	2,8	23,9	22,9	30,5	8,3	11,1	0,5
França	1,4	0,5	4,1	5,9	4,7	5,0	9,2	27,4	14,6	4,7	30	1,9
Luxemburgo	1,2	0,0	2,9	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanha	3,4	0,0	4,0	7,5	4,0	2,2	10,5	30,8	20,6	9,2	15,2	5,9
Itália	2,5	-	3,4	5,9	2,1	1,4	14,0	34,0	21	4	17	2
Portugal	1,1	0,0	1,4	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Grécia	0,3	0,0	1,5	1,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1,7	0,2	4,7	6,6	4,5	3,2	-	-	-	-	-	-

(a) Elaborado a partir de CIRIEC (2000)

(b) Elaborado a partir de Salamon *et al* (1999);

A classificação das atividades de forma organizativa não deixa, porém, de levantar dificuldades, pois a escolha da forma organizativa e das atividades varia de país para país, em especial no que toca aos serviços coletivos. Se as mutualidades tendem a focar-se na área da previdência complementar à segurança social e as cooperativas são também a forma organizativa de diversas atividades, existem outras atividades que podem ser desenvolvidas por qualquer das formas. A proteção da saúde e de bens tanto pode ser desenvolvida por mutualidades como por cooperativas. Os serviços sociais e a integração social tanto podem ser desenvolvidos por cooperativas como por associações (CIRIEC, 2000). Além disso, mesmo internamente, as organizações vão-se tornando mais complexas. Um exemplo paradigmático é o caso das cooperativas de habitação, que têm vindo a desenvolver serviços complementares para além do acesso à habitação, como sejam atividades sociais e culturais, cuidados ao domicílio (Alemanha), proteção do ambiente (Reino Unido) e proteção de idosos e pessoas com menos recursos (Irlanda) (CIRIEC, 2000).

Também os bancos cooperativos ou mutualistas, constituídos com o propósito de oferecer acesso a serviços bancários e crédito a agricultores e a operários, têm vindo a desenvolver outros objetivos e atividades, como sejam o microcrédito, os financiamentos para objetivos de solidariedade, etc. Uma vez mais este setor possui uma importância significativa em alguns países. Representa 30% do crédito na Áustria, Finlândia e França e entre 20 e 25% na Alemanha e Holanda (CIRIEC, 2000).

Os dados também nos permitem observar diferenças significativas entre os países, desde a Holanda, a Dinamarca e a Irlanda, onde o emprego em cooperativas, mutualidades e associações representa entre 13% e 15% do emprego total no país, à Grécia e Portugal, onde apenas atinge cerca de 2% a 3%. Não podemos deixar de referir que, da comparação entre os dados do CIRIEC e os dados da John Hopkins, o número de associações em Portugal é subestimado, o que se deve à enorme dificuldade no acesso a esta informação, não só em termos de organizações existentes, mas sobretudo ao número de trabalhadores.

Segundo os dados da John Hopkins, o trabalho voluntário nas organizações não-lucrativas (maioritariamente associações, como se pode ver pela grande proximidade entre as duas percentagens) apresenta igualmente uma importância considerável, tanto mais se atendermos que o trabalho voluntário é tido em conta no cálculo do nível de emprego. Existem países onde o trabalho voluntário nas organizações não lucrativas possui mais importância do que o trabalho de empregados, como acontece na Finlândia e em França, outros ainda em que o trabalho voluntário é quase tão importante como o de empregados, caso do Reino Unido e da Alemanha. Em contrapartida, na Irlanda e na Bélgica a importância do voluntariado é pequena relativamente ao emprego nas organizações não-lucrativas.

Tem-se observado um crescimento significativo da Economia Social em relação às organizações envolvidas na produção dos chamados bens sociais ou de mérito, principalmente na inserção social e profissional, bem como nos serviços sociais e cuidados de proximidade. Neste domínio, o associativismo e cooperativismo aparentam ter reencontrado uma plataforma comum de entendimento e cooperação em muitos dos seus projetos e atividades, nomeadamente no caso das empresas sociais que, em grande parte, são cooperativas já reconhecidas do ponto de vista jurídico em vários países europeus, designadamente Itália, Portugal, França, Bélgica, Espanha, Polónia, Finlândia e Reino Unido.

Os países da Europa são heterogéneos, verificando-se, é certo, uma grande importância das atividades nos serviços sociais e saúde na sua generalidade, destacando-

se a França com um importante peso das organizações culturais e recreativas e de desenvolvimento. Na Bélgica, por sua vez, destaca-se pela importância que possui a educação, sendo as suas organizações um misto de privado e público, tal como os hospitais, o que levou o CIRIEC a excluí-las da sua estatística. Aliás, refere o CIRIEC que neste país, tal como na Irlanda, as escolas não-lucrativas e os hospitais estão numa fronteira muito pouco nítida entre público e privado, o mesmo passando-se com as mutualidades belgas, cujo principal objetivo é a recolha de quotas e reembolsos do sistema de segurança social obrigatório. A Itália e a Espanha seguem próximas dos países da Europa Continental, com um importante peso das organizações na saúde e serviços sociais, mas aproximam-se mais de países como a Holanda e o Reino Unido, no que toca à importância da educação, ou da Holanda, relativamente à importância das organizações culturais e recreativas. A Espanha também se destaca por possuir um importante peso da área do desenvolvimento.

Em 2009, havia na UE-27 mais de 207 000 cooperativas economicamente ativas. A sua intervenção incide em todas as áreas da atividade económica, especialmente na agricultura, na intermediação financeira, no setor retalhista e do alojamento e, sob a forma de cooperativas de trabalhadores, nos setores da indústria, da construção e dos serviços. Estas cooperativas dão trabalho direto a 4,7 milhões de pessoas e contam 108 milhões de filiados. As mutualidades do domínio da saúde e do bem-estar social prestam assistência a mais de 120 milhões de pessoas. As mútuas seguradoras têm uma quota de mercado de 24%.

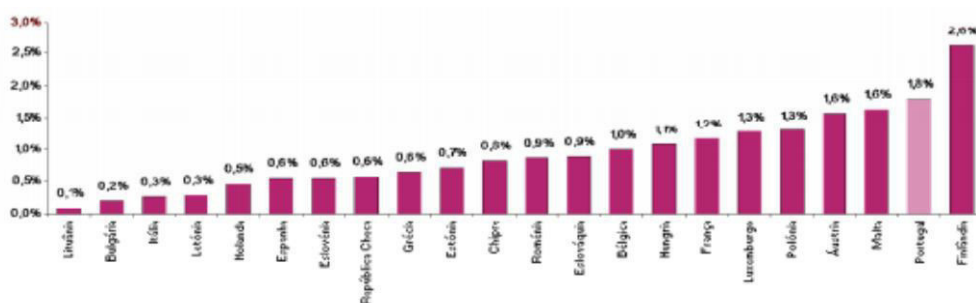
Em 2010, as associações empregavam 8,6 milhões de pessoas na UE-27; representavam mais de 4% do PIB, sendo que os seus filiados agrupavam 50% dos cidadãos da União Europeia. Os países europeus encontram-se numa situação intermédia, variando entre 6% e 7% do trabalho remunerado no Terceiro Setor. Se tomarmos esta medida como a da dimensão do sector, incluindo empregados e voluntários, e somarmos o total de cooperativas, mutualidades e associações (dados do estudo CIRIEC) com o total de tempo de voluntários em organizações não-lucrativas (dados do estudo John Hopkins), verificamos que a economia social na Holanda apresenta uma dimensão considerável, muito afastada dos outros países, seguida da Irlanda. Os países onde a economia social também apresenta uma importante dimensão são o Reino Unido, a Dinamarca, a Finlândia e a França.

A economia social, para além do seu peso quantitativo, tem vindo, nas últimas décadas, a afirmar a sua capacidade de contribuir eficazmente para a resolução dos novos problemas sociais. Por outro lado, tem conseguido reforçar a sua posição como instituição indispensável a um desenvolvimento económico sustentável e estável, a salários mais justos e a uma redistribuição da riqueza, adequando os serviços às necessidades, valorizando as atividades económicas ao serviço das necessidades sociais, corrigindo os desequilíbrios do mercado laboral e, em resumo, aprofundando e reforçando a democracia económica.

Segundo o relatório de José Monzon e Rafael Chaves pode-se tirar três conclusões. A principal conclusão que se extrai desses mesmos quadros indica que a economia social na Europa é muito importante, tanto em termos humanos como económicos, garantindo emprego remunerado a mais de 14,5 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 6,5% da população ativa da UE-27. Estes agregados sublinham o facto de se tratar de uma realidade que não pode nem deve ser ignorada pela sociedade e pelas suas instituições. A segunda conclusão digna de nota indica que, à exceção de alguns casos, a economia social é relativamente pequena nos novos Estados-Membros da UE quando comparados com os 15 Estados-Membros mais antigos. Assim sendo, a fim de desenvolver plenamente o seu potencial nesses países, a economia social precisa de alcançar um nível idêntico ao que assume nos restantes Estados-Membros. A terceira conclusão indica que a economia social cresceu mais rapidamente do que a população no seu conjunto nos períodos de 2002-2003 e 2009-2010, verificando-se um aumento do total da mão de obra europeia remunerada neste período de 6% para 6,5% e de postos de trabalho de 11 milhões para 14,5 milhões.

Assim, de acordo com os dados da Conta Satélite, divulgados em abril pelo INE e pela CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), em 2010 existiam em Portugal 55 383 organizações a atuar no âmbito da Economia Social. Cerca de 50% desenvolviam a sua atividade na área da cultura, desporto e recreio. O gráfico 1 expressa a diversidade do peso do VAB associado à Economia Social numa amostra de países europeus.

Gráfico 1⁴ - VAB por país do Setor da Economia Social



2.3 – Terceiro setor em Portugal

Assim, para o caso de Portugal, a percentagem de associações que surge no estudo do CIRIEC reporta-se apenas a associações da área da saúde e serviços sociais – ainda que nem todas as da área da saúde –, e associações culturais e recreativas. Se tivermos em conta este aspeto ficamos certamente mais próximos de países como Espanha e Itália, onde o peso das organizações na área da saúde e serviços sociais no emprego (excluindo voluntários), e de acordo com os estudos da John Hopkins, se situa entre 1% e 2% para a Espanha e Itália, ao passo que na área da cultura se situa entre cerca 0,1 e 0,5%. Em termos relativos, nos dados apresentados pelo CIRIEC, o emprego em IPSS, que não mutualidades e associações de bombeiros constitui 1,3% do total do emprego, ao passo que o emprego em associações socioculturais constitui apenas 0,1%. Não existem dados detalhados, em Portugal, das associações que não possuam estatuto de IPSS, quer sejam associações de moradores e de bairro, associações de melhoramentos, associações de doentes, associações de reformados, associações de pais, associações ambientalistas, associações de mulheres, associações antirracistas e iniciativas de desenvolvimento local, entre outras possíveis.

De acordo com LACES (2018), temos a informação de que, para o ano de 2013, a Economia Social teve os seguintes valores estimados (em ordem decrescente do respetivo peso na economia portuguesa): 6,0% do emprego remunerado; 5,2% do emprego total; 52% das remunerações pagas no país; e 2.8% do VAB nacionais. Estes valores resultaram do reconhecimento de 61 mil entidades na Economia Social em Portugal, atuantes sobretudo na “Cultura, Desporto e Recreio” (50.7%) e na “Ação e Segurança Social” (15.6%). Apesar da segunda posição na distribuição do número das

⁴ Fonte: INE – construção da Conta Satélite das ISFL com base nos dados de 2006 das Contas Nacionais.

entidades atuantes na Economia Social, o campo da “Ação e Segurança Social” representava mais de 50% do Emprego remunerado (54.6%), quase metade do VAB alocado na Economia Social portuguesa (44.7%), e das remunerações (44.6%). Para efeitos comparativos, temos de referir que (...) já em 2007 existiam em Portugal 208821 empregos remunerados na Economia Social o que podemos traduzir como um crescimento de 3.42% no período entre 2007 e 2013, mostrando uma dinâmica muito significativa quando comparada com a generalidade dos outros setores e ramos da economia portuguesa (marcada por um período de crise social e económica). Importa ainda referir que a larga maioria das 61 mil entidades atuantes na Economia Social do país estão juridicamente constituídas como “Associações com fins altruísticos” que, de acordo com INE/CASES (2013), valiam 93.4% do grupo. O peso destas Associações na Economia Social do país foi ainda estimado valer 61.0% do VAB de toda a Economia Social, 62.2% das remunerações e 64.8% do emprego remunerado. O segundo grupo mais representativo em termos de estrutura jurídica na Economia Social é o grupo das Cooperativas (3.46% das entidades, representando 11.26% do emprego remunerado no setor). O terceiro grupo é composto pelas 389 Misericórdias que possibilitam 16.42% do emprego remunerado no setor.

2.4 – PESO ECONÓMICO DAS IPSS

No que respeita à importância das IPSS na economia portuguesa, atualmente, é difícil de quantificar com exatidão, sendo que em 2008 terá sido certamente superior a 1,7% do VAB, 2,9% das remunerações e 2,4% do consumo final. Estes valores traduzem a importância económica direta das Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (ISFLSF)⁵ que, como discutido atrás, correspondem ao limite mínimo do que será a importância económica direta das IPSS na economia portuguesa. Por outro lado, a importância económica direta das IPSS em Portugal será certamente superior à de ramos de atividade como o fabrico de material de transporte ou as indústrias da madeira, pasta, papel e cartão. Em termos europeus, Portugal está entre os três primeiros estados-membros da UE em termos de importância económica das ISFLSF e, consequentemente, o mesmo será de admitir quanto à importância económica das IPSS.

As IPSS têm consciência de que é preciso fazer algo para responder a estes novos desafios e são vários os exemplos de iniciativas louváveis já tomadas nesse sentido (LACES, 2018). No entanto, está ainda muito enraizada nas mentalidades de muitas IPSS que as soluções passam quase sempre e fundamentalmente pelo reforço dos apoios financeiros públicos. Ora, a escassez de recursos públicos atuais e previsíveis para os anos vindouros torna esta visão cada vez mais irrealista. O grande desafio à atuação das IPSS é, pois, continuarem a responder às necessidades sociais, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada onde os apoios públicos são uma entre várias outras fontes de financiamento. Os apoios públicos continuarão a ter necessariamente um papel importante na estrutura de financiamento das IPSS, mas estes não podem continuar a ser encarados como a fonte primeira e em muitos casos quase exclusiva de recursos financeiros. Esta mudança de visão obriga também e primeiro que tudo a uma mudança de mentalidades no seio de muitas das IPSS. Mas esta mudança é inevitável e urgente.

Como Sousa et al (2012) referem: “Esta análise evidencia a significativa fragilidade do modelo de financiamento das IPSS, até agora fortemente dependentes das transferências públicas. As restrições nas despesas públicas previstas para os anos mais próximos tornam o atual modelo de financiamento insustentável a prazo e impõem às IPSS e à sociedade em geral o desafio de encontrarem modelos alternativos de sustentação económico-financeira deste sector de vital importância económica e social. O vencer deste desafio obrigará, primeiro que tudo, a uma profunda mudança de mentalidades,

⁵ Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF)

tanto do lado das instituições e suas direções, como do lado da sociedade civil. Do lado das instituições, é fundamental colocar de lado a convicção, ainda enraizada em muitas das suas direções, de que é normal e natural estas serem dependentes em larga medida das transferências públicas porque estão a prestar um serviço público. Ainda que tal convicção possa estar certa, o facto é que os recursos públicos serão muito escassos nos anos que se seguem, pelo que será irrealista pensar que as despesas sociais, incluindo as transferências para as IPSS, estarão imunes aos inevitáveis cortes na despesa pública. Do lado da sociedade civil é igualmente necessária uma radical mudança de mentalidades. Como demonstram os resultados tanto do inquérito como da pesquisa de imprensa, o financiamento e sustentabilidade das IPSS não tem sido um assunto que preocupe significativamente a sociedade civil. Todos nós, sociedade civil, tendemos a tomar por garantidos os serviços sociais prestados pelas IPSS, mas a consciência de que é também uma responsabilidade de todos nós colaborarmos para a sustentabilidade a prazo desses serviços, é ainda muito incipiente. Isto é patente no reduzido número de vezes em que este assunto aparece debatido na imprensa, no pouco destaque que tais artigos merecem, mas também, e sobretudo, na pouca importância relativa que as ajudas financeiras provenientes da sociedade civil têm na estrutura de financiamento das IPSS. Um maior envolvimento da sociedade civil na sustentabilidade das IPSS obrigará também a um esforço por parte das IPSS de abertura à comunidade que a rodeia, de divulgação das suas atividades e da importância social das mesmas. Em suma, um maior envolvimento da sociedade requer um esforço por parte das IPSS de promoção da sua imagem social, até porque “não se pode ajudar o que não se conhece” “.

2.5 – Financiamento do Terceiro Setor

É também ao nível das fontes de receitas das organizações não-lucrativas que podemos identificar o seu lugar no Estado-Providência. A tabela que a seguir apresentamos evidencia, em primeiro lugar, as receitas das organizações não-lucrativas por fonte, distribuídas entre os subsídios e pagamentos do sector público e os rendimentos provenientes do sector privado, quer se trate do valor do trabalho do voluntariado, dos donativos da filantropia privada, quer ainda de pagamentos por serviços ou outros pagamentos. Em segundo lugar, apresenta-se a importância das receitas provenientes do sector público por área de atividade.

Tabela 2- Receitas das Organizações Não Lucrativas

	(a) % Receitas, por fonte				(b) % de Receitas Provenientes do Sector Público (excluindo contributo voluntariado)							
	Sector Público	Volunt.	Priv.	Pagam.	Saúde	Serviços sociais	Educação	Desenv.	Cultura	Advoca.	Intermed	Outros
Irlanda	67,6	12,5	6,1	13,8	89,4	50,3	78,0	95,6	51,9	66,3	10,0	40,2
Reino Unido	36,4	21,9	6,9	34,8	39,0	40,0	63,0	61,0	12,0	61,0	4,0	24,0
Suécia c)	13,6	48,7	4,8	32,9	51,0	60,0	46,0	11,0	31,0	33,0	7,0	20,3
Finlândia	25,2	30,9	3,7	40,3	66,0	57,4	29,8	4,2	22,6	41,8	3,6	14,4
Holanda	46,0	22,0	2,1	29,9	96,1	66,2	91,1	7,0	26,7	4,2	0,0	22,8
Alemanha	42,5	33,9	2,3	21,3	93,8	65,5	75,4	57,0	20,4	57,6	10,4	75,6
Áustria	41,3	18,1	5,0	35,6	-	-	-	-	-	-	-	-
Bélgica	65,9	14,1	4,0	16,0	76,3	65,8	77,0	47,4	41,0	84,0	1,4	44,3
França	33,4	42,3	4,3	20,0	80,2	58,3	72,3	37,1	29,6	44,9	3,0	35,1
Espanha	25,2	21,5	14,8	38,5	36,7	48,6	53,1	12,0	24,3	30,0	10,0	38,1
Itália c)	29,9	25,5	3,6	40,9	72,0	57,0	49,0	28,0	17,0	80,0	7,0	32,3

2.6 – Desafios correntes das IPSS

Neste subcapítulo, vamos abordar os três principais desafios que se colocam ao nível das IPSS (Mourão e Enes, 2016) – o Desafio Financeiro, o Desafio da Sustentabilidade Organizacional e o Desafio da Valorização do Capital Humano.

2.6.1 – O desafio financeiro ao nível das IPSS

A sustentabilidade financeira a prazo e até mesmo a sobrevivência de muitas das IPSS passa em larga medida por elas serem capazes de encontrar a combinação de estratégias de redução de custos e de aumento das receitas próprias que lhes permita atingir o equilíbrio económico-financeiro num quadro de quebra das transferências públicas. A análise supra revela vários bons exemplos neste sentido. Esta análise revela igualmente que estes exemplos são um pouco mais do que casos isolados. Com efeito, os resultados dos anos mais recentes indiciam uma tendência para o aumento do valor absoluto e da importância relativa das receitas provenientes de serviços prestados e da rentabilização do património no total das receitas das IPSS. Os resultados indiciam ainda alguma tendência para a contenção do aumento dos custos. No entanto, e salvo algumas exceções, a situação financeira da maioria das instituições é (ainda) deficitária. Embora muitas delas estejam já a avançar no sentido da menor dependência das transferências públicas, para a larga maioria as medidas tomadas são ainda insuficientes. Em muitos casos, a ausência de medidas mais eficazes resulta da incapacidade das instituições em

saberem que medidas concretas tomar, tanto do lado da contenção dos custos como do lado do aumento das receitas. Finalmente, para que as medidas de redução de custos e aumento de receitas próprias por parte das IPSS, apoiadas pela sociedade civil, sejam eficazes, é fundamental que o Estado, na sua função de entidade reguladora, assegure um enquadramento normativo e legal estável, previsível, coerente e razoável. As normas e padrões de segurança e qualidade, porque geralmente envolvem investimentos avultados, devem ser estáveis no tempo. Alterações frequentes implicam novos investimentos sem rentabilização apropriada dos investimentos anteriores e o consequente desperdício de recursos escassos, tanto financeiros como humanos. Para além de estáveis no tempo, estas normas e padrões têm igualmente que ser definidos dentro da razoabilidade imposta pelas reais capacidades económicas da sociedade portuguesa em geral e das IPSS em particular. As constantes exigências da Segurança Social e das Câmaras Municipais ao nível das infraestruturas, dos equipamentos ou dos procedimentos administrativos, levam muitas vezes ao estrangulamento financeiro das instituições, seja porque obrigam a níveis de investimento avultados, em regra por recurso a crédito, seja porque exigem o reforço do quadro de pessoal apenas para lidar com a burocracia envolvida. A mesma estabilidade e previsibilidade se exige às políticas públicas que direta ou indiretamente afetam as decisões das IPSS quanto às valências que estas ofereçam. As ofertas de novas valências ou o alargamento da capacidade das existentes exigem investimentos avultados que só fazem sentido num enquadramento legal e normativo estável e não causador de alterações bruscas da procura. Um exemplo da instabilidade e imprevisibilidade das políticas públicas que tem que ser evitado é o caso da recente alteração do enquadramento legal ⁶das atividades de tempos livres (CATL). As políticas públicas criaram incentivos às IPSS para alargarem a oferta de CATL para os alunos das escolas públicas. Muitas foram as instituições que responderam positivamente a este estímulo investindo nessa oferta. Não muito depois a direção política mudou e passaram a ser as escolas a disponibilizar essa

⁶ De acordo com a Constituição da República Portuguesa, existem em Portugal três sectores relacionados com os meios de produção, sendo estes o sector público, o sector privado e o sector cooperativo e social, geralmente denominado de Terceiro Sector e que surge como alternativa ao sector público e ao sector privado para suprir algumas das lacunas existentes nos restantes sectores.

No artigo 82º da Constituição da República Portuguesa, o Sector Cooperativo e Social, designação atribuída pelo Governo Nacional, compreende especificamente:

“ a) Os meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos, sem prejuízo das especificidades estabelecidas na lei para as cooperativas com participação pública, justificadas pela sua especial natureza;

b) Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;

c) Os meios de produção objeto de exploração coletiva por trabalhadores;

d) Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social, designadamente entidades de natureza mutualista.”

oferta, cobrando valores simbólicos às famílias e levando ao desvio de muitas crianças dos CATL das IPSS para as escolas. Em muitas instituições tal significou a redução de quase 10% no número de utentes, de forma inesperada, sem que as IPSS⁷ tivessem tido tempo de previamente reajustarem a capacidade instalada para outras valências e muito menos de rentabilizarem os investimentos efetuados.

2.6.2 – O desafio da sustentabilidade organizacional

Nos países anglo-saxónicos a qualificação para a sustentabilidade das empresas sociais é tida como central para a prossecução da missão social do terceiro setor. (Mayer, 1994) Assim, o conceito de sustentabilidade é compreendido por uma tradição histórica iniciando-se na filantropia.

A sustentabilidade prende-se com um compromisso com o futuro, um caminho onde se procura melhores soluções para os problemas humanos, sociais, económicos, financeiros e organizacionais. As decisões de impactos devem ser previstas de forma a serem executáveis para o futuro. Ser sustentável é, portanto, o exercício quotidiano da responsabilidade, de procura da satisfação dos associados, fundadores, beneficiários, parceiros, colaboradores e comunitários, para colocar a organização numa nova trajetória, na qual a sua ação possa ser duradoura. (Mourão e Enes, 2016). O terceiro setor para ser, efetivamente, sustentável precisa de ser economicamente lucrativo e rentável e socialmente responsável. As suas ações não devem ser apenas pontuais, sendo a sua sustentabilidade de excelência na otimização de recursos de modo a atingir metas ou objetivos que se comprometem a cumprir. A sobrevivência do terceiro setor não se deve prender somente através de doações e captações de recursos a longo prazo, não permitindo a rentabilidade estabelecida no âmbito social em que atua.

⁷ Em Portugal, as organizações sem fins lucrativos são, na sua grande maioria, Pessoas Coletivas Privadas e dependendo da sua missão e objetivos, as Pessoas Coletivas Privadas podem ser declaradas benefício público, adquirindo assim um estatuto legal específico. É esse o caso das IPSS, a quem lhes é atribuído automaticamente esse estatuto legal. Contudo, deve-se realçar que o facto de serem classificadas pelo benefício público, aumenta as suas responsabilidades e deveres, entre os quais se destacam: “o dever de apresentar relatórios anuais ao Governo e de apresentar qualquer informação que lhe seja solicitada por qualquer entidade governamental que apoie a instituição. As organizações privadas sem fins lucrativos que recebem fundos públicos podem, ainda, ser objeto de sucessivas auditorias por parte do Tribunal de Contas Português, visando garantir a boa gestão financeira e um sistema de controlo interno.

Em termos de gestão e transparência, as Pessoas Coletivas Privadas, de acordo com o Código Civil, devem ter pelo menos um Conselho de Administração (Assembleia Geral) e um Conselho Fiscal, que atuam como um controlador financeiro”. (Franco et al., 2005, p.22).

Nos últimos anos, a lei tem evoluído consideravelmente em Portugal e tem dedicado especial atenção aos grandes grupos que constituem as organizações do Terceiro Sector: as Pessoas Coletivas de Utilidade Pública; as Instituições Particulares de Solidariedade Social; as Pessoas Coletivas de Utilidade Pública Administrativa; e as Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento.

De acordo com Elkington (1998) cit in Mourão e Enes (2015), o conceito de sustentabilidade é um elemento fulcral para o terceiro setor, subdividindo-se em três dimensões: a dimensão institucional, a dimensão dos agentes e a dimensão financeira. Neste contexto, *The Challenge of Triangular Sustainability*, segundo Mourão e Enes, pode ser entendida como um processo de compromisso de todas as partes envolvidas (os utentes/beneficiários, doadores e a comunidade envolvente). Na dimensão institucional a complementaridade e coarticulação com outras instituições de missões complementares, como parcerias, e o trabalho em rede deve servir, muitas vezes, para partilha de espaços (salas, prédios, etc), partilha de bens, como os meios de transportes e partilha dos técnicos que poderão dar ajuda.

A segunda dimensão trata-se de uma dimensão de renovação dos agentes, ou seja, nesta dimensão visa-se a renovação de diretores, membros e voluntários, sendo importante a substituição de novas gerações de diretores, com novas ideias e novas estratégias de planeamento, gestão e avaliação. Se o mesmo grupo de diretores e gerentes se mantiver por muito tempo, tendem a manter formas de gestão distantes da instituição e do meio que a envolve, não correspondendo as necessidades atuais da população. A antiga forma de gestão, que assegurava ao dirigente principal a manutenção do controlo, independentemente de sua competência profissional, passa a ser questionada. No entanto, essa renovação tem de ser muito bem pensada, pois pode correr o risco de uma instituição, por exemplo, que sempre foi focada para crianças, não ter sustentabilidade a longo prazo, se houver uma diminuição da taxa de natalidade naquela área de intervenção. Seria, então pertinente abrir novas valências, como centro de dia para idosos, lares e etc.

Por fim, a terceira dimensão prende-se com a dimensão de sustentabilidade financeira exigindo às organizações do terceiro setor estratégias para reduzir gastos e aumentar as suas receitas, atingindo assim um equilíbrio económico-financeiro (Sousa et al, 2012, cit in Mourão e Enes, 2006). As organizações sociais têm de garantir fontes de financiamento para cumprir a sua missão sem fins lucrativos, ou seja, as receitas do terceiro sector, em Portugal, vêm principalmente da troca dos seus próprios produtos e serviços, transferências públicas, subsídios estatais, ou rendimentos de propriedade e de outros recursos (INE/Cases, 2013). Segundo Sousa et al. (2012) a importância de diversificar as fontes de receitas e aumentar a sua própria receita para as organizações do terceiro setor, não as torna dependente de transferências do Estado. No entanto, os balanços operacionais positivos e sustentados das organizações do terceiro setor precisam de se preocupar com outras dimensões financeiras, como, a gestão do passivo e do

endividamento e do ciclo fiscal. A gestão dos custos de endividamento relaciona-se com os recursos utilizados pela instituição, ou seja, os pedidos de empréstimos a outras propriedades de outros agentes. Cada organização do terceiro setor terá que perceber, claramente, o montante das suas responsabilidades e do seu endividamento. O ciclo fiscal descreve a relação fiscal entre uma organização do terceiro setor e o Estado, pois cada organização do terceiro setor tem que pagar impostos em certas épocas do ano. É também crucial que cada organização assegure a disponibilidade de recursos para pagar esses impostos quando são devidos.

Ainda assim, a sua sobrevivência está cada vez mais associada à capacidade de se demonstrarem auto-sustentáveis. Neste sentido, a sustentabilidade organizacional (sendo uma sustentabilidade triangular) destas entidades diz respeito à capacidade de se ajustar a contextos de mutação constantes sem comprometer a sua relevância social e a sua credibilidade institucional. O que se pode também verificar é que é exigida às organizações a adoção de um maior rigor orçamental; um investimento maior em técnicas de planeamento, monitorização, avaliação das ações; a mudança dos seus procedimentos administrativos; a redução do quadro de pessoal sem, no entanto, comprometer a motivação e a adesão dos seus colaboradores, e os valores éticos e morais que asseguram a legitimidade da missão, garantindo a credibilidade institucional.

2.6.3 – O desafio da valorização do capital humano nas IPSS

De acordo com Melo e Froes (2001), o conceito de sustentabilidade está relacionado com a “alta capacidade de gestão, participação, integração, iniciativa, produção, articulação, mobilização, organização, aliada a um alto grau de conscientização, identidade e objetividade comum”.

O desenvolvimento organizacional e institucional das organizações do terceiro setor tornou-se uma questão presente e urgente. Afinal, o que é essencial para que uma organização seja e permaneça sustentável?

Existem vários autores que defendem que a permanência e a duração de uma organização assentam em três pilares interligados: 1) a viabilidade financeira; 2) capacidade da organização de executar as ações propostas; e 3) a relevância dessas ações para os grupos beneficiários (Melo e Froes 2001, p. 110).

Desta forma, a sustentabilidade contempla três níveis de abordagem - técnico, político e financeiro. Quando um deles está debilitado, compromete o desempenho dos

outros. Melo e Froes (2001) afirma que o terceiro setor exige amarras sociais, isto é, circunstâncias sociais, económicas e políticas favoráveis e resume a questão da sustentabilidade do terceiro setor em quatro desafios críticos:

1. O desafio da legitimidade – ser reconhecido por todos os sectores da sociedade;
2. O desafio da eficiência – mostrar capacidade e competência operacional;
3. O desafio da sustentabilidade – possuir fundos que permita prestar os seus serviços;
4. O desafio da colaboração – estabelecer parcerias estratégicas com o Estado e com o sector empresarial.

Mourao e Enes (2016) trouxeram avanços conceptuais significativos quanto à sustentabilidade, pois considera que existe interligação entre a capacidade de obter receitas próprias com a capacidade de auferir fontes de financiamento de origem públicas, privadas, não-governamentais, e internacionais e que desta forma, a organização deve legitimar e credibilizar a sua ação junto dos agentes financiadores.

Sugere também que a sustentabilidade deve ser percebida tendo em conta dois focos complementares: o da gerência e o sistémico.

Na perspetiva da gerência, o autor refere os desafios da gestão e das condições de eficácia e eficiência das organizações, e retrata um papel mais instrumental e operacional para as organizações do terceiro setor. Nesta perspetiva considera as seguintes dimensões: 1) Sustentabilidade financeira; 2) Organização do trabalho e gestão democrática e eficiente; 3) Quadro de recursos humanos; 4) Sistemas de planeamento, monitorização e avaliação participativa e eficiente; e 5) Capacidade de produção e sistematização de informações e conhecimentos.

Na perspetiva sistémica, a atenção é dirigida para a inserção política, a credibilidade e o fortalecimento da base social das organizações, que são fatores fundamentais para sua capacidade de ativar processos de mudança social duráveis.

Desta forma, o conceito de sustentabilidade organizacional referenciado permite contemplar as perspetivas internas (foco da gerência) e externas (foco sistémico) das organizações, assumindo o relacionamento e a influência mútua entre elas.

2.7 – O ensino da Economia Social em Portugal como uma tentativa de responder aos desafios das IPSS

Do que ficou referido, nota-se que as IPSS têm uma necessidade enorme de formação de todos os que nelas colaboram, quer como profissionais quer como voluntários. Nesse sentido, foram surgindo projetos de formação na área, desde projetos de formação profissional de curta e média duração, até projetos de Mestrado e Pós-Graduação. Vamos neste sub-capítulo refletir sobre estes últimos em Portugal.

No início do século XX, fruto de experiências anteriores, nasceu na Europa a Economia Social moderna, como já referido, que se apoiou nas novas formas organizativas da sociedade, como as mutualidades, as associações e as cooperativas, para realizar atividades económicas sem fins lucrativos, mas com finalidades sociais. O seu já longo percurso fê-la passar por várias fases e agora parece estar a ressurgir, sobretudo numa época de crise económica e social (cit in Namorado, Rui, 1999).

Assim surgiu o ensino superior da Economia Social, iniciando-se na Universidade de Coimbra em 1981, que teve como objetivo o estudo das várias áreas da Economia Social, com destaque para as que têm uma identidade historicamente mais marcada e uma importância social mais nítida, como é o caso das cooperativas, das mutualidades e das instituições particulares de solidariedade social no seu todo. A Economia Social não é encarada como um objeto isolado. Pelo contrário, são analisadas também algumas das problemáticas que nela se projetam com mais relevância.

Quadro 1 – Lista de Mestrados e Pós-Graduações centrados na Economia Social e/ou no Terceiro Setor (1981)⁸

Ensino Público	Ensino Privado
Mestrados	
ISCTE Instituto Universitário de Lisboa	Universidade Católica Portuguesa - Porto
Universidade de Coimbra	
Universidade do Minho	
Escola Superior de Gestão e Tecnologia em Santarém (ESGT Santarém)	
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras (IPP)	
Pós-Graduações	
Gestão de Organizações da Economia Social (ISSSP)	Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Local (U. Lusófona)
Pós-Graduação em Economia Social – Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade (UC)	Economia Social (ISCSP Coimbra Business School/ ISCAC)
Direito da Economia e do Investimento Social (Faculdade de Direito de Lisboa)	Gestão Social das Organizações e da Qualidade no Terceiro Setor (Facis-Universidade Católica Portuguesa Braga)
Gestão de Entidades da Economia Social (ISCAP/IPP)	

Assim em forma de conclusão, Chaves e Monzon (2007) afirmam, que os sistemas educativos da UE ⁹deverão desempenhar um importante papel na promoção da cultura empresarial e na democratização da economia através de projetos de formação que

⁸ Para além dos Mestrados e Pós-Graduações existem também a Escola Profissional de Economia Social (epes.pt) e a Social Business School. A EPES tem como finalidade colmatar necessidades educativas fundamentais como aprendizagem, como aptidões, conhecimentos, valores e atitudes para desenvolver as suas necessidades de trabalhar com dignidade, participar no desenvolvimento e melhorar a qualidade do seu conhecimento.

A IES-Social Business Scholl é escola de negócios focada na Inovação e Empreendedorismo Social. É o ponto de partida para um caminho dedicado à inovação social na criação de soluções de negócio sustentáveis, oferecendo um portefólio de formação, investigação e consultoria que dá resposta a empreendedores sociais, organizações sociais, setor público, empresas, fundações e universidades, continuando a apostar na excelência e numa forte rede de parceiros para inspirar, formar, apoiar e ligar organizações e pessoas, de todos os setores de uma economia convergente.

⁹ O presente estudo foi realizado a pedido do Comité Económico e Social Europeu (CESE) e exprime as opiniões dos autores e organizações que participaram na sua elaboração.

estimulem as iniciativas baseadas nos valores que caracterizam a economia social. Por sua vez, o desenvolvimento de novos produtos e de processos inovadores por parte das diversas entidades atuantes da economia social exigem que as mesmas fomentem a cooperação com os centros universitários que geram e transmitem conhecimento. O estabelecimento de redes de investigação e redes de intercâmbio de informações entre esses centros e os profissionais da economia social contribuirá, à semelhança do que tem acontecido em anos recentes, para alargar as necessárias bases de conhecimento específico da economia social e para difundir esse conhecimento por toda a Europa.

Nesta sequência, percebemos que há desafios sérios para os Programas que oferecem formação na Economia Social. Além da relativa novidade e aparente desvalorização que é dada ao setor por parte de algum público que aspira a remunerações mais altas ou a qualificações diferentes, o número relativamente significativo de ofertas elencado no quadro 1 pode constituir uma ameaça à existência de um público constante. Para percebermos melhor esses desafios colocados a um destes Mestrados – o Mestrado em Economia Social da Universidade do Minho – desenvolvemos um trabalho por Questionário que se detalha em seguida.

3 – Metodologia

Methodos significa organização, e logos, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, *metodologia* é o estudo da organização e dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

É importante salientar a diferença entre metodologia e métodos. A metodologia interessa-se pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo autor para abordar o objeto de estudo. No entanto, embora não sejam a mesma coisa, teoria e método são dois termos inseparáveis, “devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação” (Minayo, 2007, p. 44). Minayo (2007, p. 44) define metodologia de forma abrangente e concomitante: (...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

Neste capítulo apresenta-se a metodologia que enquadra este estudo, focando-se na metodologia quantitativa que foi utilizada e no estudo de caso. Este estudo pretende entender a Sustentabilidade do Mestrado de Economia Social no contexto da procura potencial dos alunos do terceiro ano de licenciatura das universidades de Braga.

3.1 – Estudo de caso, População e Amostra

Neste subtítulo é abordada a forma de como a amostra foi encontrada. Segundo Gil (2002), as técnicas de amostragem são utilizadas para selecionar os elementos da população de forma a obter uma amostra representativa.

Neste estudo a amostragem foi aleatória, procedendo-se a inquéritos definidos e objetivos, focando-se na sustentabilidade do Mestrado em Economia Social assumida pelo conhecimento do Programa e de detalhes complementares (como apoios existentes e prémios associados). A estrutura de questionário foi sempre discutida com o orientador Professor Paulo Mourão. Assim foram aplicados inicialmente a três turmas do terceiro ano – na fase de pré-teste, como recordado - e depois divulgados a todos os alunos de 3º ano de licenciatura, recolhendo resposta sobre perspetivas de sustentabilidade do Mestrado de Economia Social. Assim, depois de se verificar que estávamos a ser consistentes no estudo, formalizamos um pedido de distribuição de inquéritos junto dos diretores de todas as turmas de 3º ano de licenciatura tanto da Universidade do Minho, como da Universidade Católica Portuguesa. Desta forma, foram autorizadas 15 turmas para aplicação dos inquéritos por questionários e foram envolvidos 390 alunos de ambas as Universidades. Nesses inquéritos por questionários a dimensão das turmas variava entre 15 a 35 alunos, e foram respondidas 9 perguntas. A amostra final foi constituída por 36% das Licenciaturas-alvo. A margem de erro média considerando os 390 inquiridos e a diversidade das perguntas do Questionário foi de 3.97%.

3.2 – Objetivo, construção e etapas da distribuição do inquérito

Ao longo da frequência que fiz no primeiro ano do Mestrado em Economia Social, e na sequência das conversas mantidas com colegas e professores, nomeadamente com o Professor Paulo Mourão, foi reconhecida a necessidade que havia em auscultar o conhecimento que as pessoas da área envolvente tinham do Mestrado. Assim, pretendemos com estas etapas finais da minha investigação conducente ao Grau de Mestre obter resposta às seguintes Perguntas de Investigação:

- O publico potencial (alunos de 3º ano de Licenciaturas) conhece a existência do Mestrado em Economia Social?
- O referido publico potencial considera relevante o Mestrado em Economia Social?

De um modo claro, podemos referir que o objetivo principal desta Tese passou pela obtenção de dados que, respondendo às duas questões anteriores, pudessem dar uma dimensão do conhecimento que este produto ofertado pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho tem perante uma amostra do público primário potencial.

Autores como Gil (2002) ou Wittig (1981) estudaram a necessidade de construir formulários próprios vocacionados para auscultar devidamente o conhecimento sobre determinado fenómeno. Para o efeito, o conhecimento deve envolver dois grandes tipos de questões:

- Aquelas focadas no reconhecimento do Valor do Produto;
- Aquelas focadas na potencialidade do Produto em questão.

Outros autores como Mello (1988) referem que uma análise conveniente dos produtos deve ser composta por três vetores:

- Conhecimento do produto ‘per se’;
- Conhecimento de detalhes do produto;
- Conhecimento do valor do produto.

Nesta sequência, foi elaborado o questionário disponível em anexo a este documento. Este questionário cumpre assim com a estrutura exigida (Gil, 2002; Wittig, 1981; Mello, 1988):

- Caracterização sócio-demográfica do respondente (questão 1);
- Conhecimento do Mestrado ‘per se’ (questão 2);
- Conhecimento de detalhes do Mestrado (questões 3, 5, 6, 7 e 8);
- Conhecimento do valor do Mestrado (questões 4 e 9).

A amostra inicialmente foi construída para ter o maior número de respostas de todas as turmas de terceiro ano de licenciatura das Instituições de Ensino Superior de Braga. Foram feitos primeiramente pré-testes a três turmas de terceiro ano, para não correremos risco de que os inquéritos fossem mal construídos. Após a recolha dos resultados destes pré-testes, verificámos que todas as perguntas obtinham respostas suficientemente heterogéneas para justificar a continuidade no formulário de inquérito.

De seguida começamos por estruturar a listagem de emails de diretores de cursos e futuras aulas onde pudesse decorrer a distribuição e resposta aos inquéritos. Tivemos das mais variadas respostas por parte dos diretores: uns rejeitaram logo a partida a

distribuição dos inqueritos, outros foram flexíveis ao ponto de se oferecerem para os distribuir aos seus alunos mesmo quando houve incompatibilidade de horário.

Todo este processo decorreu no ano 2016, nos meses entre fevereiro e junho. Foi feito um agendamento prévio aos diretores e professores da Unidades Curriculares.

Neste estudo foram abrangidos 390 alunos de 15 Licenciaturas de Braga, apresentadas no seguinte quadro.

Tabela 3 - Listagem das Licenciaturas envolvidas no Estudo

Autorizou	Não autorizou	Não respondeu
- Licenciatura Ciência Política	- Licenciatura em Matemática	- Licenciatura Administração Pública
- Licenciatura em Línguas Aplicadas	- Licenciatura em Direito	- Licenciatura em Economia
- Licenciatura em Marketing	- Licenciatura em História	- Licenciatura em Educação Básica
- Licenciatura em Contabilidade	- Licenciatura em Arqueologia	- Licenciatura em Estudos Culturais
- Licenciatura em Geografia e Planeamento	- Licenciatura em Ciências da Comunicação	- Licenciatura em Estudos Portugueses e Lusófonos
- Licenciatura em Sociologia		- Licenciatura em Filosofia
- Licenciatura em Gestão		- Licenciatura em Geologia
- Licenciatura em Negócios Internacionais		- Mestrado Integrado em Psicologia
- Licenciatura em Relações Internacionais		- Licenciatura em Direito
- Licenciatura em Educação		- Licenciatura em Enfermagem
- Licenciatura em Ciências do Ambiente		- Licenciatura em Teatro
- Licenciatura em Línguas e Literaturas Europeias		- Licenciatura em Música - Pós-Laboral
- Licenciatura em Línguas e Culturas Orientais		

Com a necessidade de envolver mais a comunidade acadêmica (docentes e alunos) foi realizado um segundo agendamento com as turmas, pois, numa primeira fase não chegámos aos números de alunos que se pretendia, pois tínhamos apenas conseguido cerca de 7 turmas de 3º ano de licenciatura. Realizou-se um segundo agendamento com os diretores de curso via email. Nesse seguimento, conseguimos a autorização de 15 diretores de curso, que nos encaminharam logo de seguida o horário. Foi agendada com os professores de certas disciplinas uma hora para fazer uma pequena apresentação do conteúdo dos inquéritos, a motivação e o objetivo destes que teriam para mim e para o Mestrado de Economia Social.

3.3 – Tipo de inquérito

O desenho do inquérito requer a observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e validade. Na sua organização, devem-se levar em conta os tipos, a ordem, os grupos de perguntas e a sua formulação, além de tudo aquilo que se sabe sobre percepção, estereótipos, mecanismos de defesa, liderança etc. Existem três tipos de questões: fechadas, abertas e mistas. Nas questões abertas, o informante responde livremente, da forma que desejar, e o entrevistador anota tudo o que for declarado. Nas questões fechadas, o informante deve escolher uma resposta entre as constantes de uma lista predeterminada, indicando aquela que melhor corresponda à que deseja fornecer. Este último caso favorece uma padronização e uniformização dos dados coletados pelo questionário maior do que no caso das perguntas abertas. (Godoy, A. S., 1995) Contudo, a maior parte dos questionários apresenta uma proporção variável entre os dois tipos de questões. As questões mistas (fechadas e abertas) são aquelas em que, dentro de uma lista predeterminada, há um item aberto, por exemplo, “outros”. O questionário, depois de redigido, precisa de ser testado antes de sua utilização definitiva, por meio da aplicação de alguns exemplares numa pequena população escolhida. Como afirmam Hill e Hill (2000), um pré-teste não é mais que uma revisão formal do questionário e da metodologia de recolha de dados que lhe está associada. O que, por vezes, se faz é aplicar o questionário a uma amostra mais pequena pedindo colaboração para identificar possíveis problemas. Deste modo, deve-se, sempre que possível, realizar um estudo preliminar para verificar a relevância, clareza e compreensão das perguntas aplicadas aos inquiridos. Neste caso, estes pré-testes foram realizados à turma de Serviço Social da Universidade Católica e às turmas de Sociologia e Relações Internacionais. Assim foram escolhidas

aleatoriamente turmas de 3º ano para serem aplicados os inquéritos por questionários. De seguida, iniciaram-se os inquéritos às 15 turmas de 3ºano de Licenciatura.

3.4 – Inquérito por questionário

Optámos por inquérito por questionário que se trata de um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do autor. Os inquéritos devem ser objetivos e captar informações sobre opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, e situações vivenciadas. Os inquéritos estatísticos são usados para recolher informação quantitativa nos campos de marketing, sondagens políticas, e pesquisa nas ciências sociais, entre outros. Um inquérito pode incidir sobre opiniões ou formação factual, assim como perguntas a indivíduos. Deste modo, os inquéritos corretamente utilizados são meios eficazes de obter a informação necessária. Assim, a linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está a ser perguntado (Minayo, M. C. & Sanches. O. (1993)).

As razões que me levaram optar pelos inquéritos foram:

- É uma forma eficiente de recolher informações de grande número de inquiridos e é uma das técnicas estatísticas para determinar a validade, a fiabilidade e a significância estatística;
- É um processo flexível de aplicar, no sentido em que se recolhe uma grande variedade de informação.
- É um método focalizado com questões padronizadas que não necessita de muito gasto de tempo e dinheiro.

Neste sentido, a construção do guião do inquérito, segundo Hill e Hill (2000) deve conter questões bem estruturadas de acordo com o público-alvo, devem ter perguntas estruturadas e padronizadas com os objetivos. Neste ponto, a discussão com o orientador para chegar aos inquéritos finais, foi muito relevante. Todo o Guião foi formalmente construído, discutido e testado, para ser apelativo para os alunos, conseguir o maior número de respostas e conseguir envolver os docentes neste estudo, pois só seria concretizável em sala de aula. Poder-se-ia proceder a um questionário online, mas certamente não teríamos estes importantíssimos dados de resposta e seria uma abordagem muito comum e vulgar de hoje em dia.

3.5 – Processo de recolha de dados

Existem, segundo Bogdan e Biklen (1994), e Quivy e Campenheoudt (1993), os seguintes métodos de recolha de dados que se podem utilizar como fontes de informação nas investigações qualitativas: observação por inquérito de forma oral, como na entrevista, ou por escrito, através de questionário e análise de documentos. O facto de o investigador utilizar diversos métodos para a recolha de dados, permite-lhe recorrer a várias perspetivas sobre a mesma situação, bem como obter informação de diferente natureza e proceder, posteriormente, a comparações entre as diversas informações, efetuando assim a triangulação da informação obtida. Deste modo, procedeu-se ao método de inquérito por questionário.

De acordo com afirmação acima, este estudo consistiu em que os dados recolhidos fossem planeados anteriormente, existindo um primeiro contacto por email com todos os diretores de cursos de licenciatura da Universidade do Minho e da Universidade Católica Portuguesa, tendo um maior impacto sobre os alunos e docentes, de forma a motivar os inquiridos a preenchê-los.

Já num segundo contacto foi necessário um pedido especial de colaboração por parte do orientador para o preenchimento dos inquéritos o que resultou numa tentativa bem-sucedida por parte dos alunos e docentes.

A maioria dos inquéritos por questionário foram realizados com a presença da investigadora, onde foram explicados os objetivos e a sua relevância para este estudo.

4 - Apuramento dos resultados dos inquéritos por questionário

Com base nos instrumentos utilizados para a realização deste estudo, vamos discutir originalmente dados comparativos de sexo e idade de cada curso e de cada Universidade. Consequentemente, serão analisadas as variáveis de conteúdo deste inquérito por questionário e os respetivos quadros.

4.1 Discussão dos resultados

Os seguintes quadros refletem os 15 cursos inquiridos a este estudo. Foram abrangidos um total de 390 alunos dos seguintes cursos: Serviço Social, TIC, Contabilidade, Gestão, Sociologia, Educação, Línguas Aplicadas, Relações Internacionais, Negócios Internacionais, Geografia e Planeamento, Marketing, Ciência Política, L. e L. Europeia, Línguas Orientais e Ciência do Ambiente. As licenciaturas com menos representação são as de Ciência Política e L. e L. Europeias e Línguas e Cultura Orientais da Universidade do Minho com 20 alunos. As restantes Licenciaturas têm o número médio de 30 alunos inquiridos. Na Universidade Católica tanto a Licenciatura de Serviço Social como a de TIC têm o número representativo de 15 alunos, dos quais em Serviço Social o grupo mais representativo é feminino com 13 respostas e mais compreendidas na faixa etária de 21 a 25 anos. Já na Licenciatura de TIC o grupo mais representativo é masculino de 11 alunos na faixa etária entre 21 a 25 anos de idade.

Na Universidade do Minho o grupo mais representativo é feminino na Licenciatura de Educação, compreendido maioritariamente na faixa etária de 21 a 25 anos.

Em todas as Licenciaturas o grupo menos representado encontra-se na faixa etária de 36 ou mais anos. O quadro 2 mostra esta distribuição.

Quadro 2 - Idade e Sexo dos inquiridos das licenciaturas

Cursos	M	F	21-25	26-30	31-35	36 ou mais	Total
SS Católica	2	13	8	3	1	3	15
TIC Católica	11	4	5	2	4	4	15
Contabilidade/UMinho	13	17	18	8	2	2	30
Gestão/UMinho	13	17	18	9	1	2	30
Sociologia/UMinho	13	17	16	11	0	3	30
Educação/UMinho	6	24	16	10	0	4	30
Línguas Aplicadas/UMinho	8	22	17	7	0	6	30
Relações Internacionais/UMinho	15	15	18	9	0	3	30
Negócios Internacionais/UMinho	15	15	16	8	0	6	30
Geografia e Planeamento/UMinho	18	12	18	9	0	3	30
Marketing/UMinho	13	17	17	9	0	4	30
Ciência Política/UMinho	6	14	13	4	0	3	20
L. e L. Europeias/UMinho	6	14	13	5	0	2	20
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	6	14	13	4	0	3	20
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	18	12	15	9	0	6	30
Total	163	227	221	107	8	54	390

Quadro 3 - Habilitações Literárias

Cursos	Licenciatura 3º ano	Outro? Qual?	Total
SS Católica	11	4	15
TIC Católica	7	8	15
Contabilidade/UMinho	24	6	30
Gestão/UMinho	22	6	28
Sociologia/UMinho	28	2	30
Educação/UMinho	17	9	26
Línguas Aplicadas/UMinho	27	3	30
Relações Internacionais/UMinho	20	9	29
Negócios Internacionais/UMinho	21	8	29
Geografia e Planeamento/UMinho	20	9	29
Marketing/UMinho	27	3	30
Ciência Política/UMinho	13	7	20
L. e L. Europeias/UMinho	13	7	20
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	13	7	20
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	17	13	30
Total	280	101	381
9 Alunos não responderam			

Neste quadro encontra-se a distribuição que os alunos dos 15 Cursos tem em termos de Habilitações Literárias. O grupo mais representativo é o de Licenciatura 3º ano e o que menos se encontra é o de titulares do grau de Mestre.

A Licenciatura representada com maior número de alunos no 3º Ano de Licenciatura é a de Contabilidade, a com menos foi a de TIC na Faculdade de Ciências Sociais com 7 % dos inquiridos.

Quadro 4 - Conhecimento do Mestrado de Economia Social

Cursos	Conhecimentos do Mestrado			
	Sim	Não	Sim %	Não %
SS Católica	9	6	60%	40%
TIC Católica	5	10	33%	67%
Contabilidade/UMinho	7	23	23%	77%
Gestão/UMinho	10	20	33%	67%
Sociologia/UMinho	20	10	67%	33%
Educação/UMinho	14	16	47%	53%
Línguas Aplicadas/UMinho	19	11	63%	37%
Relações Internacionais/UMinho	14	16	47%	53%
Negócios Internacionais/UMinho	18	12	60%	40%
Geografia e Planeamento/UMinho	14	16	47%	53%
Marketing/UMinho	11	19	37%	63%
Ciência Política/UMinho	12	8	60%	40%
L. e L. Europeias/UMinho	12	8	60%	40%
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	12	8	60%	40%
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	18	12	60%	40%
Total	195	195	50%	50%

No quadro acima estão representados os dados sobre conhecimento do Mestrado em Economia Social. A Licenciatura que mais tem conhecimento do MES é a de Sociologia, seguida de Línguas Aplicadas. As licenciaturas menos conhecedoras são as de Contabilidade, seguidamente de Gestão e de TIC. Recordamos que a margem de erro é de 3.97%, logo podemos afirmar que os alunos dos cursos de TIC Católica, Contabilidade/UMinho, e Marketing/UMinho são inquiridos que mostram um desconhecimento significativo do MES. Em contrapartida, os inquiridos dos Cursos de SS Católica, Sociologia/UMinho ou Línguas Aplicadas/UMinho são os que conhecem de forma significativa o Mestrado em Economia Social.

Quadro 5 - Obtenção do Conhecimento do Mestrado de Economia Social

Cursos	Se "Sim" como obteve a informação do Mestrado em Economia Social					
	Panfletos	Página UMinho	Campanhas divulgação do Mestrado	Blogs/Facebook do MES	Outro? Qual?	Total
SS Católica	0	5	2	4	0	11
TIC Católica	0	3	1	0	0	4
Contabilidade/UMinho	0	5	0	4	0	9
Gestão/UMinho	0	10	0	2	0	12
Sociologia/UMinho	0	15	0	5	0	20
Educação/UMinho	0	14	0	6	0	20
Línguas Aplicadas/UMinho	0	18	0	9	0	27
Relações Internacionais/UMinho	0	18	0	9	0	27
Negócios Internacionais/UMinho	0	16	0	8	0	24
Geografia e Planeamento/UMinho	0	18	0	6	0	24
Marketing/UMinho	0	8	0	3	0	11
Ciência Política/UMinho	0	14	0	6	0	20
L. e L. Europeias/UMinho	0	14	0	6	0	20
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	0	14	0	6	0	20
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	0	14	0	4	0	18
Total	0	186	3	78	0	267

No quadro acima foi analisada a obtenção da informação do Mestrado em Economia Social. A fonte de informação que se verificou com mais representatividade foi a página da Universidade do Minho seguido do Blogs/Facebook do MES. As licenciaturas com maior conhecimento do Mestrado são: Línguas Aplicadas, Relações Internacionais, Geografia e Planeamento.

As campanhas de divulgação do Mestrado e os panfletos são a forma de divulgação reconhecidas como com menos representatividade para os alunos.

Quadro 6 - Conhecimento por parte dos alunos de 3º ano de licenciatura do horário de funcionamento do MES

Cursos	Qual o horário de funcionamento do MES			
	Sextas e sábados de Manhã	Sábados todo o dia	Durante a semana	Total
SS Católica	5	0	0	4,3%
TIC Católica	2	0	0	1,7%
Contabilidade/UMinho	5	0	0	4,3%
Gestão/UMinho	4	0	0	3,5%
Sociologia/UMinho	13	0	0	11,3%
Educação/UMinho	8	0	0	7,0%
Línguas Aplicadas/UMinho	7	0	0	6,1%
Relações Internacionais/UMinho	7	0	0	6,1%
Negócios Internacionais/UMinho	7	0	0	6,1%
Geografia e Planeamento/UMinho	12	0	0	10,4%
Marketing/UMinho	12	0	0	10,4%
Ciência Política/UMinho	6	0	0	5,2%
L. e L. Europeias/UMinho	6	0	0	5,2%
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	6	0	0	5,2%
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	15	0	0	13,0%
Total	115	0	0	100%
70,50% dos inquiridos não sabe/não responderam				

O quadro 6 refere-se ao conhecimento dos alunos de licenciatura sobre o horário de funcionamento do Mestrado de Economia Social. Maioritariamente, o curso que se destaca com maior conhecimento é a Licenciatura em Sociologia. Por outro lado, o que se revela com menos conhecimento é o TIC da Católica. De registar ainda que cerca de 71% dos inquiridos não sabem ou não responderam à questão.

Quadro 7 - Conhecimento dos incentivos económicos do Mestrado

Cursos	Componente económico e incentivos				
	Sim	Não	Total	Total Sim %	Total Não %
SS Católica	9	6	15	60%	40%
TIC Católica	5	10	15	33%	67%
Contabilidade/UMinho	13	17	30	43%	57%
Gestão/UMinho	13	17	30	43%	57%
Sociologia/UMinho	18	12	30	60%	40%
Educação/UMinho	13	17	30	43%	57%
Línguas Aplicadas/UMinho	14	16	30	47%	53%
Relações Internacionais/UMinho	17	13	30	57%	43%
Negócios Internacionais/UMinho	16	13	29	55%	45%
Geografia e Planeamento/UMinho	17	13	30	57%	43%
Marketing/UMinho	17	13	30	57%	43%
Ciência Política/UMinho	12	8	20	60%	40%
L. e L. Europeias/UMinho	13	8	21	62%	38%
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	12	8	20	60%	40%
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	17	13	30	57%	43%
Total/Média (%)	206	184	390	53%	47%

No quadro 7 é tratada a parte do conhecimento sobre os incentivos associados ao Mestrado. Estes incentivos relacionam-se com as Bolsas de Mérito, as Bolsas oriundas da Ação Social bem como o prémio para a Melhor Tese em Economia Social. Pode-se concluir que não há uma diferença significativa entre os alunos que tem conhecimento desses incentivos relativamente aos que não têm (recorda-se a margem de erro de 3.97%). Porém os que se destacam pela positiva são os inquiridos de Licenciatura em L. e L. Europeias, com 62%, o da Ciência Política, Cultura Europeias e Serviço Social com 60%. Por outro lado, os que se destacam pela negativa são as licenciaturas TIC Católica, com 67%, Contabilidade, Gestão e Educação com 57%.

O quadro 8 apresenta uma componente muito pertinente nos dias de hoje que está relacionada com a empregabilidade do Mestrado. Nesta questão é importante refletir que a maior parte dos inquiridos das Licenciaturas refere que o Mestrado em Economia Social está mais relacionado com as/os Assistentes Sociais, seguindo-se da possibilidade de

carreiras de Gestores e de Economistas. O Mestrado de Economia Social estará menos relacionado com Desportistas ou Agentes de Turismo de acordo com os inquiridos.

Quadro 8 - Potencial de Empregabilidade do Mestrado

Cursos	Potencial de Empregabilidade do Mestrado								
	Gestores e Economistas	Administradores e Funcionários Públicos	Sociólogos	Assistentes Sociais	Desportistas	Agentes de Turismo	Diretores de IPSS	Funcionários de IPSS	Voluntários
SS Católica	9	2	7	8	0	0	3	5	1
TIC Católica	4	1	3	8	3	0	1	5	1
Contabilidade/UMinho	17	11	11	16	1	0	9	9	9
Gestão/UMinho	17	9	6	16	0	0	9	9	7
Sociologia/UMinho	11	7	3	16	0	0	10	9	10
Educação/UMinho	15	2	12	15	0	0	9	9	5
Línguas Aplicadas/UMinho	15	13	13	15	0	0	11	9	12
Relações Internacionais/UMinho	15	13	13	15	0	0	11	9	12
Negócios Internacionais/UMinho	15	13	12	14	0	0	10	9	11
Geografia e Planeamento/UMinho	15	13	12	14	0	0	10	9	11
Marketing/UMinho	13	9	11	14	0	0	10	9	11
Ciência Política/UMinho	10	12	7	9	0	0	7	5	9
L. e L. Europeias/UMinho	10	12	7	9	0	0	7	5	9
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	8	12	7	9	0	0	7	5	9
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	15	13	12	15	0	0	11	9	16
Total	189	142	136	193	4	0	125	115	133
Total % (com base em 1037 respostas)	18,23%	13,69%	13,11%	18,61%	0,39%	0,00%	12,05%	11,09%	12,83%

Quadro 9 - Prémios Associados ao MES

Cursos	Prémios Associados ao Mestrado					
	Bolsa de Mérito EEG/UMinho	Prémios de melhor tese do Mestrado	Prémio Investigação António Sérgio	Prémio de Investigação APAV	Não sabe/Não responde	Total respostas
SS Católica	9	3	0	0	3	15
TIC Católica	9	3	0	0	3	15
Contabilidade/UMinho	20	5	0	1	8	34
Gestão/UMinho	20	4	0	0	7	31
Sociologia/UMinho	16	6	0	0	9	31
Educação/UMinho	8	5	0	0	19	32
Línguas Aplicadas/UMinho	13	2	0	0	15	30
Relações Internacionais/UMinho	13	2	0	0	15	30
Negócios Internacionais/UMinho	13	2	0	0	15	30
Geografia e Planeamento/UMinho	9	4	0	0	17	30
Marketing/UMinho	9	4	0	0	17	30
Ciência Política/UMinho	10	2	0	0	8	20
L. e L. Europeias/UMinho	10	2	0	0	8	20
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	7	2	0	0	11	20
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	8	3	0	0	19	30
Total	174	49	0	1	174	398

Maioritariamente, neste quadro os alunos de licenciatura demonstram ter algum conhecimento de Prémios Associados ao Mestrado apontando que têm conhecimento que existem bolsas de mérito da EEG/UMinho. Apesar de tudo, uma boa fração (174 em 398 alunos) escolheu a opção “Não sabe/Não Responde”.

Quadro 10 - Prémio de investigação de Cátia Fernandes

Cursos	Em que ano foi atribuído o prémio investigação "Assoc. Portuguesa de Apoio à Vítima" a Cátia Fernandes				
	2015	2014	2013	2012	Não sabe/Não responde
SS Católica	9	1	1	0	4
TIC Católica	9	1	1	0	4
Contabilidade/UMinho	8	0	0	0	22
Gestão/UMinho	13	1	1	0	15
Sociologia/UMinho	11	4	0	0	15
Educação/UMinho	16	0	0	0	14
Línguas Aplicadas/UMinho	13	0	0	0	17
Relações Internacionais/UMinho	13	0	0	0	17
Negócios Internacionais/UMinho	11	0	0	0	19
Geografia e Planeamento/UMinho	13	0	0	0	17
Marketing/UMinho	10	0	0	0	20
Ciência Política/UMinho	11	0	0	0	9
L. e L. Europeias/UMinho	11	0	0	0	9
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	8	0	0	0	12
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	6	0	0	0	24
Total	162	7	3	0	218

Neste quadro, maioritariamente, os alunos revelaram ter pouco conhecimento de atribuições a prémios de investigação, sendo apontado com maior número de respostas a opção “não sabe/não responde”. No entanto, praticamente todos os que responderam fizeram-no de forma correta, indicando o ano de 2015.

Quadro 11 - Prémio de investigação de Teresa Pereira

Cursos	Em que ano foi atribuído o prémio de investigação "Cooperativa António Sérgio" a Teresa Pereira				
	2015	2014	2013	2012	Não sabe/Não responde
SS Católica	0	3	2	0	10
TIC Católica	0	3	2	0	10
Contabilidade/UMinho	0	2	0	0	28
Gestão/UMinho	0	4	1	0	25
Sociologia/UMinho	0	9	2	0	19
Educação/UMinho	16	0	0	0	14
Línguas Aplicadas/UMinho	13	0	0	0	17
Relações Internacionais/UMinho	13	0	0	0	17
Negócios Internacionais/UMinho	11	0	0	0	19
Geografia e Planeamento/UMinho	0	7	0	0	23
Marketing/UMinho	0	4	0	0	26
Ciência Política/UMinho	0	7	0	0	13
L. e L. Europeias/UMinho	0	7	0	0	13
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	0	4	0	0	16
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	0	3	0	0	27
Total	53	53	7	0	277

No quadro 11 trata-se da distribuição das respostas sobre o conhecimento que o prémio de investigação da “CASES/Cooperativa António Sérgio” foi atribuído à aluna Teresa Pereira. Temos assim maioritariamente a resposta na opção de “Não sabe/não responde”, seguidamente da opção de resposta de 2015 e 2014 (opção correta). Podemos afirmar claramente que este prémio não era do conhecimento dos inquiridos.

Quadro 12 - Prémio de investigação de Sofia Pereira

Cursos	Em que ano foi atribuído o Prémio Investigação "Highly Commended Award at the Literati Network Awards for Excellence" a Sofia Pereira				
	2015	2014	2013	2012	Não sabe/Não responde
SS Católica	0	0	2	0	13
TIC Católica	0	0	2	0	13
Contabilidade/UMinho	0	0	2	0	28
Gestão/UMinho	0	0	3	0	27
Sociologia/UMinho	0	0	0	0	30
Educação/UMinho	0	0	2	0	28
Línguas Aplicadas/UMinho	0	0	3	0	27
Relações Internacionais/UMinho	0	0	3	0	27
Negócios Internacionais/UMinho	0	0	2	0	28
Geografia e Planeamento/UMinho	0	0	3	0	27
Marketing/UMinho	0	0	1	0	29
Ciência Política/UMinho	0	0	3	0	17
L. e L. Europeias/UMinho	0	0	3	0	17
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	0	0	1	0	19
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	0	0	3	0	27
Total	0	0	33	0	357

No que se refere ao Prémio de Investigação "Highly Commended Award at the Literati Network Awards for Excellence" a Sofia Pereira, temos mais respostas na opção “não sabe/não responde”, seguidamente da opção correta do ano 2013.

Quadro 13 - Temas abordados nas 36 teses das edições anteriores ao Mestrado

Cursos	Quais dos seguintes conjuntos de temas foram abordados nas 36 teses das edições anteriores do Mestrado?				
	Voluntariado e Serviço Social	Cantinas Sociais, Misericórdias e Centros Sociais e Paroquiais	Economia e Desporto	Microcrédito, Crowdfunding e Crowdsourcing	Não sabe/Não responde
SS Católica	0	0	0	0	15
TIC Católica	0	0	0	0	15
Contabilidade/UMinho	0	0	0	1	29
Gestão/UMinho	0	0	0	0	30
Sociologia/UMinho	0	0	0	0	30
Educação/UMinho	0	0	0	0	30
Línguas Aplicadas/UMinho	0	0	0	0	30
Relações Internacionais/UMinho	0	0	0	0	30
Negócios Internacionais/UMinho	0	0	0	0	30
Geografia e Planeamento/UMinho	0	0	0	0	30
Marketing/UMinho	0	0	0	0	30
Ciência Política/UMinho	0	0	0	0	20
L. e L. Europeias/UMinho	0	0	0	0	20
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	0	0	0	0	20
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	0	0	0	0	30
Total	0	0	0	1	389

No quadro 13 podemos verificar que os alunos de Licenciatura não sabem/não responderam sobre quais foram os temas abordados nas 36 teses das edições anteriores do Mestrado. Só um aluno revelou ter conhecimento que foram abordados temas como o Microcrédito, Crowdfunding e Crowdsourcing.

Quadro 14 - A importância do Mestrado de Economia Social para atualidade

Cursos	Acha um mestrado em Economia Social relevante para a atualidade?			
	Sim	Não	Total Sim %	Total Não %
SS Católica	11	3	79%	21%
TIC Católica	11	3	79%	21%
Contabilidade/UMinho	20	8	71%	29%
Gestão/UMinho	21	8	72%	28%
Sociologia/UMinho	17	11	61%	39%
Educação/UMinho	20	9	69%	31%
Línguas Aplicadas/UMinho	17	12	59%	41%
Relações Internacionais/UMinho	17	12	59%	41%
Negócios Internacionais/UMinho	16	12	57%	43%
Geografia e Planeamento/UMinho	12	16	43%	57%
Marketing/UMinho	7	21	25%	75%
Ciência Política/UMinho	13	7	65%	35%
L. e L. Europeias/UMinho	13	7	65%	35%
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	10	10	50%	50%
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	12	16	43%	57%
Total	217	155	58%	42%
18 dos inquiridos não sabe/não responderam				

O quadro 14 aborda uma das componentes mais importantes deste inquérito e a pretensão para a sustentabilidade do Mestrado em Economia Social. Nesta componente existe um maior número de resposta na opção “sim” de 58%, o que reflete que apesar de haver um desconhecimento do funcionamento e dos sucessos do MES, pouco mais de metade dos inquiridos afirmam que o Mestrado é relevante para a sociedade atual.

Esta é das fases mais importantes e todas as respostas dadas pelos alunos foram fundamentais para a reflexão de que um Mestrado ou Pós-graduações em Economia Social devem continuar a existir, pois os objetivos propostos e toda a envolvente do Mestrado será importante e fará sempre com que os alunos vejam uma perspetiva diferente da realidade social, do terceiro setor e da realidade não lucrativa. Recordamos que a margem de erro de 3.97% permite rejeitar a hipótese de que a maioria dos alunos inquiridos não considera o Mestrado como importante.

Quadro 15 - Opção pelo mestrado de Economia Social

Cursos	Optaria por um mestrado em Economia Social?			
	Sim	Não	Total Sim %	Total Não %
SS Católica	9	6	60%	40%
TIC Católica	9	6	60%	40%
Contabilidade/UMinho	10	19	34%	66%
Gestão/UMinho	18	12	60%	40%
Sociologia/UMinho	14	14	50%	50%
Educação/UMinho	19	11	63%	37%
Línguas Aplicadas/UMinho	18	12	60%	40%
Relações Internacionais/UMinho	18	12	60%	40%
Negócios Internacionais/UMinho	18	12	60%	40%
Geografia e Planeamento/UMinho	12	18	40%	60%
Marketing/UMinho	7	23	23%	77%
Ciência Política/UMinho	12	8	60%	40%
L. e L. Europeias/UMinho	12	8	60%	40%
Línguas e Cul. Orientais/UMinho	9	11	45%	55%
Lic. em Ciências do Ambiente/UMinho	11	19	37%	63%
Total	196	191	51%	49%
3 dos inquiridos não sabe/não responderam				

No quadro 15, questionava-se aos alunos se optariam pelo mestrado em Economia Social, sendo que no global as opções repartiram-se com uma ligeira tendência para a opção “sim”. Os alunos de Licenciatura em Educação foram os que revelaram maior interesse neste Mestrado com 63% dos inquiridos a responderem sim. Por outro lado, os alunos da licenciatura em Marketing são os que revelam menos interesse neste mestrado com 23% dos inquiridos a optarem pelo não como resposta. No entanto, dada a margem de erro, não é possível afirmar categoricamente que a maioria dos inquiridos formalizaria a candidatura.

4.2 – Conclusões e implicações derivadas dos inquéritos distribuídos

O forte desafio deste estudo centrou-se nestes resultados, que deixam um enorme reforço na divulgação do Mestrado em Economia Social. Existe por parte dos alunos um reconhecimento da importância da Economia Social, mas também a constatação de um grande desconhecimento ou conhecimento enviesado sobre o Mestrado.

É interessante referir que áreas das Ciências Humanas e Sociais têm mais sensibilidade para os temas abordados no Mestrados. São estes os alunos que tenderão a optar por estes Mestrados e Pós-graduações, que vão também divulgar nas suas teses o conteúdo do Mestrado em Economia Social.

Como diz Rui Namorado a Economia Social será sempre uma Constelação de Esperança, pois no nosso país é uma área em que ainda há muito a explorar e a conhecer. É das áreas que segundo o INE tem maior empregabilidade, mas é também uma área em que o Estado pouco investe e a sociedade ainda não valoriza da forma devida.

Considerando a margem de erro média inferior a 4% podemos constatar a necessidade de um caminho continuado de divulgação de modo a contrariar a tendência de desconhecimento que aqui ficou reconhecida para a maioria dos inquiridos.

5 - Considerações finais

A economia social, em face do desenvolvimento da sociedade, apresenta-se com uma importância decisiva no que respeita ao seu papel na promoção da justiça social e da equidade. Na era da globalização os Estados são cada vez mais incapazes de acudir a todas as necessidades sociais que se apresentam aos indivíduos. Dada também a clara incapacidade do mercado em promover os mesmos objetivos, surge a necessidade de uma terceira dimensão que, sem esquecer a liberdade individual que deve ser assegurada, permite, no entanto, criar ou ajudar a criar as necessárias estruturas para promoção do desenvolvimento económico e social da sociedade. Podemos afirmar que a Economia Social se encontra entre o setor público e a economia de mercado, no sentido da resolução dos problemas sociais e das necessidades sociais, que a primeira não consegue resolver, por estar fora da sua esfera de ação (excluídos sociais, incapacitados, etc.) ou por se tratar de bens públicos que pelas suas características não podem aproveitar de forma direta a todos. Quanto à economia de mercado não pretende, por manifesta falta de interesse, prover os bens de natureza social que se reivindicam para uma parcela de indivíduos que por motivos vários se encontram excluídos da sociedade, o que de qualquer modo a realizar-se impediria a resolução do seu principal objetivo: a maximização do lucro.

É por isto que a economia social tem vindo a adquirir um papel extraordinariamente importante na esfera marginal de atuação do mercado e do Estado. Ainda com mais evidência, pode afirmar-se que os últimos 30 anos têm vindo a demonstrar a importância da economia social na resposta às transformações sociais, económicas e políticas que se foram verificando na Europa e no mundo em geral e em Portugal de modo particular. O mundo globalizado, as crises económico-financeiras generalizadas em resultado daquele, os surtos de desemprego, as desigualdades sociais resultantes da incapacidade dos Estados na promoção da repartição equitativa dos rendimentos têm conduzido a economia social para um papel predominante nas respostas a muitas das questões que vão surgindo. Também a abertura das fronteiras na Europa e a liberalização dos mercados financeiros e de mercadorias trouxeram novas dificuldades e exigências, que obrigaram por seu lado, a novas modalidades de intervenção dos Estados no financiamento das atividades fundamentais para a coesão social e para a promoção da inclusão social e que, na maior parte das vezes, conduz a iniquidades e a uma clivagem maior entre pobres e ricos e à exclusão social.

Nestas circunstâncias, cabe à economia social criar, através de mecanismos de solidariedade, empresas e instituições que, para além de serem eficientes do ponto de vista económico, consagram, ao mesmo tempo, realizar aquilo que é o seu grande objetivo: promoção da inclusão social, o desenvolvimento social e a coesão social.

6 – Desafios futuros do ensino da Economia Social

Deste trabalho que já venho a desenvolver há vários anos posso constatar que os grandes desafios futuros do Ensino da Economia Social assentam em dois paradigmas: o primeiro reflete-se no desconhecimento por parte dos alunos de outras áreas no Mestrado em Economia Social, pois ainda existe um grau significativo de desconhecimento por parte destes e para os quais o Mestrado se destina. Num segundo paradigma trata-se da efetiva sustentabilidade do Mestrado. Propõem-se nestes dois campos distintos promover mais workshops, palestras e eventos a nível de Economia Social para o conhecimento de todos. Para além dos inquéritos, onde se verificou que só das áreas de ciências humanas e sociais é que havia interesse no Mestrado, assim também seria proposta uma reflexão sobre as disciplinas, em confronto com a realidade e com os interesses dos alunos de Licenciatura, para que fossem de encontro com o que o “mundo profissional” oferece. Sugere-se assim disciplinas que não fossem só teóricas, mas sim teóricas/práticas, onde existisse a possibilidade de haver um espírito crítico e refletivo face a temas de economia social. Poder-se-ia convidar alunos do mestrado para que pudessem apresentar os seus trabalhos de economia social. Neste ponto, a Universidade podia proporcionar o dia da Economia Social, onde existiria uma espécie de tertúlia académica, relativamente a problemas da Economia Social do país. Para isto, seria necessário que existisse uma maior divulgação para cursos de licenciatura com potencialidade de candidaturas ao Mestrado em Economia Social e que se destacasse a importância da Economia Social para a nossa sociedade, tanto a nível académico como a nível populacional.

Bibliografia

- ALBINO, JOSÉ CARLOS (2004). Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal. Vialonga: ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.
- ALMEIDA, L. & FREIRE, T. (1997). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Coimbra: APPORT
- ALMEIDA, VASCO, As Instituições Particulares de Solidariedade Social, ALVES, Mário Aquino. (2002). *Terceiro Setor: as origens do conceito*. XXVI ENANPAD: Salvador.
- ALVORD, Sarah H.; BROWN, L. David and LETTS, Christine W. (2002). “*Social Entrepreneurship and Social Transformation: An Exploratory Study*”, Hauser Center for Nonprofit Organizations Working Paper No. 15, Harvard University.
- ANDRADE, A.; & FRANCO, R. (2007). *Economia do Conhecimento e Organizações sem Fins Lucrativos*. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, Príncipe Editora.
- ANDRADE, Maria Margarida. (1993) *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Atlas.
- ANDRADE, Maria Margarida. (2002) *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. Ed. São Paulo: Atlas.
- BAHÍA ALMANSA, MARÍA BELÉN, «El régimen fiscal especial de las
- BAREA, J.; MONZÓN, J. L. (Dir.). *Libro blanco de la economía social en Espanha*. Ministério de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1992.
- BOSCHEE, Jerr & McLURG, Jim (2003). *Towards a better understanding of social entrepreneurship: Some important distinctions*. Disponível em: <http://www.caledonia.org.uk/papers/Social-Entrepreneurship.pdf>. Consultado dia 15 Novembro 2013.
- BRITTO, C., BRITTRNCOURT, F. (2008). *O Terceiro Setor, o princípio da subsidiariedade e a ação administrativa de fomento no horizonte de uma nova ordem social*. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, v.32, n.1, p. 35-45.
- CAMPBELL, MIKE (1999). The Third System, Employment and Local Development - Vol. I – Synthesis Report. Policy Research Institute Leeds Metropolitan University, United Kingdom, European Commission DGV (http://europa.eu.int/comm/employment_social/empl_esf/3syst/index_en.htm).
- CAMPOS, Marco T. M. (2013). *O Terceiro Setor em Portugal: A importância dos planos de comunicação estratégica nas Instituições Particulares de Solidariedade Social da Região Norte – O caso da Misericórdia de Santo Tirso*.

- CANOTILHO, J. J. GOMES; MOREIRA, VITAL, Constituição da República Portuguesa (8ª edição revista). Coimbra Editora.
- CARNEIRO, MIGUEL (2006). “A Economia Social em Portugal”, in La Economía Social en Iberoamérica – un Acercamiento a su Realidad (p. 233-255). Valência: Fundación Iberoamericana de la Economía Social.
- CARREIRA, HENRIQUE MEDINA (1996). “As Políticas Sociais em Portugal”, in Barreto, A. (Org.). A Situação Social em Portugal 1960-1995 (p. 365-498). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- CHAVES, RAFAEL; MONZÓN, JOSÉ LUIS (2007). A Economia Social na União Europeia - Síntese, International Center of Research and Information on the Public and Cooperative Economy (CIRIEC) e Comité Económico e Social Europeu (http://www.eesc.europa.eu/groups/3/index_en.asp?id=1405GR03EN).
- CIRIEC - INTERNATIONAL CENTER OF RESEARCH AND INFORMATION ON THE PUBLIC AND COOPERATIVE ECONOMY (2000). As Empresas e Organizações do Terceiro Sector – um Desafio Estratégico para o Emprego. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- COLONNA, J. e P. MOURAO (2011). Factores de localización de las cofradías religiosas en actividad: una investigación a orillas del Atlántico y el Pacífico. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de julio de 2011, vol. XV, nº 367. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-367.htm>>. [ISSN: 1138-9788].
- CONGRESSO LUSO-AFRO- BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 8, 16 A 18 SET. 2004, *Actas ... Coimbra, 2004, cooperativa*», in: *I Congresso de Direito das Sociedades em Revista*, Almedina,
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. (2005). Artigo 82 - sectores de propriedade dos meios de produção.
- DABORMIDA, RENATO, «LE LEGISLAZIONI COOPERATIVE NEI PAESI DELLA COMUNITÀ DE DERECHO DE SOCIEDADES, ANO 2012-1, N.º 38, 2012, pp. 245-280.
- DEFOURNY, J. L. L'émergence du secteur d'économie sociale en Wallonie e en Europe. *Boletín de Estudios y Documentación, Coperativismo y Economía Social*. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1991.

- DEFOURNY, J. L. L'émergence du secteur d'economie sociale en Wallonie e en Europe. *Boletín de Estudios y Documentación, Cooperativismo y Economía Social*. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1991.
- DEMOUSTIER, D. *L'économie sociale et solidaire. S'associer pour entreprendre autrement*, Paris, Syros, 2001.
- DEMOUSTIER, D. *L'économie sociale et solidaire. S' associer pour entreprendre autrement*, Paris, Syros, 2001, desafios», in: *Estudios de Economía Social*, Universidad de Valladolid, 2010, e *Economía Social*, n.º 33, Universidade de Vigo, 2011, pp. 283-290. «Revisitando o problema da distinção entre excedente cooperativo e lucro *Economía Social y Cooperativa*, n.º 23, 2012, pp. 9-35. específica de las mutualidades de previsión social», *CIRIEC-España, Revista Jurídica de Economía Social y Cooperativa*, n.º 20, 2009, pp. 2-34.
- DIRECÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL. (2010). *IPSS* . [Internet]. Consultado em Dezembro de 2012 em: <http://www4.seg-social.pt/registo-de-instituicoes-particulares-de-solidariedade-social>
- EIRÓ-GOMES, M. (2007): NGOs in Portugal: Some Remarks Concerning Organizational/Corporate Identity. *EUPRERA Congress 2005. New Challenges for Public Relations 10-13 Nov - Lisbon: Proceedings*. Lisboa, Edições Colibri / Instituto Politécnico de Lisboa, 2007.
- ELKINGTON, J. (1998). *Cannibals with forks: The triple bottom line of the 21st century*. Gabriola Island, BC New Society Publishers.
- ESTATUTO DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL. (1983). Decreto-Lei n.º 119/83.
- ESTIVILL, JORDI; DARMON, ISABELLE (1999). *Économie Sociale en Belgique, en France et en Italie:Essai Comparatif – Version Inachevée et Provisoire* Diffusion Restreinte. Barcelona: Gabinet D'Estudis Socials, Fondation MACIF, Commission Européenne DG V.
- EVERS, ADALBERT; LAVILLE, JEAN-LOUIS (2005). “Defining the third sector in Europe”, in Evers, Adalbert; Laville, Jean-Louis (Eds.). *The Third Sector in Europe* (p. 11-42). Reino Unido: Edward Elgar.
- FAJARDO GARCIA, ISABEL GEMMA, «La economia social en las leyes»,

- FERREIRA, S. As organizações do terceiro sector na reforma da segurança social. *In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA 4*, 17 a 19 de abr. 2000, *Actas...* Coimbra, 2000.
- FERREIRA, S. As organizações do terceiro sector na reforma da segurança social. *In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA 4*, 17 a 19 de abr. 2000, *Actas...* Coimbra, 2000.
- FICI, ANTONIO, «Cooperative Identity and the Law», *Europea*ALCOLEA, BURETH, ANNE MARIE, *Pratiques et Théories de l'Économie Solidaire*, Paris: L' Harmattan, 2004.
- FRANCO, RAQUEL CAMPOS; ET AL. (2005). *O Sector Não Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada*. Lisboa: Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa/Johns Hopkins University.
- GIL, António Carlos. (1994). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- GIL, António Carlos. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4: ed. São Paulo: Atlas.
- GODOY, A. S. (1995). *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.35, n.3.
- HESPANHA, PEDRO: ET AL. (2000). *Entre o Estado e o Mercado – as Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*. Coimbra: Quarteto. II, Coimbra Editora, 2006.
- HILL, A., HILL M. M., 2000. *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- INE/CASES (2013). *Conta Satélite da Economia Social e do Terceiro Setor*. Lisboa
- LACES (2018). *Agenda Setorial para a Economia Social – Ambiente*. LACES/TecMinho, Braga.
- LIPIETZ, A. *Pour le tiers secteur. L'économie sociale et solidaire: pourquoi et comment*, Paris: La Découvert, 2001.
- MAY, Tim. (2004) *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed.
- MELLO, Cristina (1988). *Determinantes do Comportamento e da Aprendizagem*. Editorial o Livro, Lisboa.

- MELO NETO, Francisco P. de Melo; FROES César. (2001). *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do Terceiro Setor*. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitmark.
- MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César (2002). *Empreendedorismo Social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- MEREGE, L. C. (2000). *O Terceiro Setor e a nova ética empresarial. Integração*. Revista Eletrônica do Terceiro Setor. Disponível em: <http://200.18.48.123/editorial.htm>. Consultado dia 16 de abril.
- MINAYO, M. C. & SANCHES, O. (1993). *Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?* Caderno de Saúde Pública.
- MINAYO, M. C. S. (2007). *O desafio do conhecimento*. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC.
- MIRANDA, JORGE/ MEDEIROS, RUI, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo.
- MONTAÑO, Carlos. (2002) *Terceiro Setor e Questão Social crítica ao padrão emergente de intervenção social*. SP, Ed: Cortez.
- Monteiro, Alcides (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.
- MONZÓN, J. L. La economia social: tercer sector de un nuevo escenario. In; DEFOURNY, J. (Dir.). *Economia social*. Entre economia capitalista e economia pública. Madrid: CIRIEC, 1992. p. 12.
- Monzón, José Luis; Tejeiro, José Barea (2006). *Manual para la Elaboración de Cuentas Satélite das Empresas da Economía Social: Cooperativas e Mutuas*. Valência: International Center of Research and Information on the Public and Cooperative Economy (CIRIEC); Comissão Europeia – Direcção-Geral Empresa e Indústria.
- MORAES, Roque. (1999). *Análise de conteúdo*. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32.
- MOURÃO, Paulo e ENES, Cristiana (2016): "Costs and Economies of Scale at not-for-profit organizations: the case of the Santa Casa da Misericórdia de Barcelos between 2002 and 2013"; *Social Indicators Research*; Volume 132, Issue 2, pp 821–840
- MURARO, P.; LIMA, J. (2003). *Terceiro Setor, qualidade ética e riqueza das organizações*. Revista da FAE, Curitiba, Vol.6, nº1.
- NAMORADO, RUI (1993). *Da Cooperação ao Direito Cooperativo – para uma Expressão Jurídica da Cooperatividade*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Tese de Doutoramento).

- NAMORADO, RUI (1999). “Cooperativismo e Política Social em Portugal”, in Barros, Carlos Pestana; Gomes, José (Orgs.). Cooperativismo, Emprego e Economia Social em Portugal. Lisboa: Vulgata.
- NOGUEIRA, O. (1986). *Pesquisa social: introdução as suas técnicas*. São Paulo: Ática (Série Princípios).
- NUNES, F., RETO, L. & CARNEIRO, N. (2001). *O Terceiro Setor em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa: Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INSCOOP).
- NUNES, F.; RETO, L.; CARNEIRO, M. *et al.* *O terceiro sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector
- NUNES, F.; RETO, L.; CARNEIRO, M. *et al.* *O terceiro sector em Portugal: delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (Incoop), 2001. Programa Pessoa–Linha de Acção, Estudos e Investigação, Outubro, 2009, pp. 5-35.
- NUNES, FRANCISCO; RETO, LUÍS; CARNEIRO, MIGUEL (2001). O Terceiro Sector em Portugal: Delimitação, Caracterização e Potencialidades. Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- PAIVA, FLÁVIO (2001). “Teses e Dissertações Académicas sobre o Terceiro Sector”, in Revista de Estudos Cooperativos, Pensamento Cooperativo, n.º 2 (p. 105-178). Lisboa: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.
- PEREIRINHA, J. Economia social e Estado-providência. *Intervenção Social*, Revista do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e Beja, n. 27, jun. 2003.
- PEREIRINHA, J. Economia social e Estado–providência. *Intervenção Social*, Revista do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e Beja, n. 27, jun. 2003.
- PÉREZ, M. A. *Pensamiento económico y economía social*. Valência: Tirant lo Blanch, 1999.
- PERISTA, HELOÍSA (2001). Social Entreprises in Portugal – The case of CERCIs – Cooperatives for Rehabilitation of People with Disabilities. Lisboa: CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- PERISTA, HELOÍSA; NOGUEIRA, SUSANA (2004). Work Integration Social Enterprise in Portugal (PERSE Project), EMES – European Research Network, Working Paper (n.º 04/06) (<http://www.emes.net/>).

- QUINTÃO, CARLOTA (2007). “Nove Anos de Empresas de Inserção em Portugal – Revisão dos Dados Oficiais e de Estudos Recentes”, in Actas do IV Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social (Setembro de 2007, Córdoba).
- QUINTÃO, CARLOTA (2008). “Third Sector Renewal in Portugal – a Preliminary Overview”, in Actas da Conferência The Third Sector and Sustainable Social Change: New Frontiers for Research (Julho de 2008, Universidade de Barcelona).
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L.V. (1992). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- QUIVY, Raymond. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. 5ª ed . Lisboa : Gradiva. (Trajectos).
- RAUPP, Fabiano Maury, & BEUREN, Ilse Maria. (2003) *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas.
- REA, L. M.; PARKER, R. A. (2000). *Desenvolvendo perguntas para pesquisas*. Tradução Nivaldo Montigelli Jr. Metodologia de pesquisa: do planeamento à execução. São Paulo: Pioneira.
- RIBEIRO, E. A fragmentação do mercado de trabalho: os desafios levantados pelos novos desenvolvimentos. *Intervenção Social*, Revista do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e Beja, n. 31, jun. 2005. societário», in: *II Congresso de Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, 2012, pp. 353-374.
- SOUSA, S. et al. (2012) As Instituições Particulares de Solidariedade Social num Contexto de Crise Económica. S/I: CNIS
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 2004. *Cooperatividade e Direito Cooperativos. Estudos e Pareceres*, Almedina, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006. Universidade de Vigo, 2010, pp. 7-34. «O quadro jurídico-constitucional do cooperativismo em Portugal y regímenes tributários especiales», *CIRIEC-España, Revista Jurídica*.
- WITTIG, A. (1981). *Psicologia Geral*. McGraw-Hill, São Paulo.

Sites de consulta:

- http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/a_ces11042-2012_00_00_tra_etu_pt.pdf

- CÓDIGO COOPERATIVO 1997. Disponível em: < http://www.geocities.com/apn_notarios/Codigos_e_Leis/ccoperativo.htm>. Acesso em: jul. 2007.

Anexos

Anexo 1: Declaração de autorização para a realização dos inquéritos

Inquérito por questionário:

O presente questionário é realizado no âmbito do Mestrado em Economia Social, ministrado pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho e tem como objetivo estudar a eficácia dos meios de divulgação do Mestrado de Economia Social e a caracterização do público-alvo, relativamente ao conhecimento, interesse, expectativas e empregabilidade do próprio Mestrado.

Assim, os dados recolhidos serão tratados de forma global, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das suas respostas. No entanto, se desejar, o respondente pode escrever na linha abaixo um email que receberá informação sobre os resultados da análise de todos os inquéritos recolhidos.

Desejo receber os resultados deste inquérito:

Reconhecida pela atenção, a aluna do Mestrado em Economia Social, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho:

Vanessa Sabrina Teixeira Braga

Email: vanessastbraga@gmail.com

Telemóvel: 913544418

Anexo 2: Inquérito por questionário

1. Caracterização do respondente:

1.1 Sexo:

Masculino ☐ Feminino ☐

Idade:

21-25 ☐ 26-30 ☐ 31-35 ☐ 36 ou mais ☐

1.2 Atuais habilitações literárias:

Aluno de Licenciatura 3º ano ☐

Licenciado (a frequentar uma 2ª licenciatura) ☐

Mestre (a frequentar uma 2ª licenciatura) ☐

Outro ☐

Qual? _____

1.3 Licenciatura que frequenta _____

2. Conhecimento do mestrado

2.1 Já alguma vez teve conhecimento do Mestrado em Economia Social?

Sim ☐ Não ☐

2.2 Se “Sim”, como obteve informação do Mestrado em Economia Social?

Panfletos ☐

Página da UMinho ☐

Campanhas de divulgação do Mestrado ☐

Blogs / Facebook do MES ☐

Outro ☐

Qual? _____

2.3 Qual o Horário de Funcionamento do MES?

Sextas e Sábados de manhã ☐

Sábados todo o dia ☐

Durante a semana ☐

3. Componente económica e incentivos

Sabe identificar/pesquisar apoios/incentivos por parte do Governo ou outras entidades inerentes a temática de Economia Social?

Sim ☐ Não ☐

4. Empregabilidade do mestrado

4.1 Na sua opinião, para que profissionais se dirige, mais concretamente, este Mestrado?

Gestores e Economistas	<input type="checkbox"/>
Administradores e Funcionários Públicos	<input type="checkbox"/>
Sociólogos	<input type="checkbox"/>
Assistentes Sociais	<input type="checkbox"/>
Desportistas	<input type="checkbox"/>
Agentes de Turismo	<input type="checkbox"/>
Diretores de IPSS	<input type="checkbox"/>
Funcionários de IPSS	<input type="checkbox"/>
Voluntários	<input type="checkbox"/>
Outros? _____	<input type="checkbox"/>

5. Prémios associados ao mestrado

Na sua opinião, qual/quais dos seguintes Prémios são atribuídos anualmente aos alunos do Mestrado?

Bolsa de Mérito EEG/Univ. Minho	<input type="checkbox"/>
Prémio para a Melhor Tese do Mestrado	<input type="checkbox"/>
Prémio Investigação Cooperativa Ant. Sérgio	<input type="checkbox"/>
Prémio Investigação APAV	<input type="checkbox"/>
Não sabe / Não responde	<input type="checkbox"/>

6. Em que ano foi atribuído o prémio investigação “Assoc. Portuguesa Apoio à Vítima” a Cátia Fernandes?

- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| 2015 | <input type="checkbox"/> |
| 2014 | <input type="checkbox"/> |
| 2013 | <input type="checkbox"/> |
| 2012 | <input type="checkbox"/> |
| Não sabe / Não responde | <input type="checkbox"/> |

7. Em que ano foi atribuído o prémio investigação “Cooperativa António Sérgio” a Teresa Pereira?

- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| 2015 | <input type="checkbox"/> |
| 2014 | <input type="checkbox"/> |
| 2013 | <input type="checkbox"/> |
| 2012 | <input type="checkbox"/> |
| Não sabe / Não responde | <input type="checkbox"/> |

8. Em que ano foi atribuído o prémio investigação “Highly Commended Award at the Literati Network Awards for Excellence” a Sofia Pereira?

- | | |
|-------------------------|--------------------------|
| 2015 | <input type="checkbox"/> |
| 2014 | <input type="checkbox"/> |
| 2013 | <input type="checkbox"/> |
| 2012 | <input type="checkbox"/> |
| Não sabe / Não responde | <input type="checkbox"/> |

9. Quais dos seguintes conjuntos de Temas foi abordado nas 36 teses das edições anteriores do Mestrado?

- | | |
|--|--------------------------|
| Voluntariado e Serviço Social | <input type="checkbox"/> |
| Cantinas Sociais, Misericórdias e Centros Sociais e Paroquiais | <input type="checkbox"/> |
| Economia do Desporto | <input type="checkbox"/> |
| Microcrédito, Crowdfunding e crowdsourcing | <input type="checkbox"/> |
| Não sabe / Não responde | <input type="checkbox"/> |

9.1 Acha um Mestrado em Economia Social relevante para atualidade?

Sim ☐ Não ☐

Porquê? _____

9.2 Optaria por um Mestrado em Economia Social?

Sim ☐ Não ☐

Obrigada pela atenção!

Anexo 3: Email's para os diretores de licenciaturas

Ex. Sr./Sr.^a Diretor(a) da Licenciatura em _____,

Eu, Vanessa Sabrina Teixeira Braga, portadora do Cartão de Cidadão número 13538100, residente na Rua das Andorinheiras, nº 17, Pedralva, 4715-471 Braga, aluna do Mestrado de Economia Social, com o número PG26775, da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, venho por este meio, solicitar a V/Exa. Autorização para realizar um estudo, que consiste em inquéritos por questionário, aos alunos de 3º ano de Licenciatura. Este pedido pretende sustentar a elaboração de uma Dissertação, a qual consistirá: **Sobre a sustentabilidade da oferta da formação superior em Economia Social através de um inquérito respondido por alunos de licenciaturas de Instituições de Ensino Superior de Braga.**

E trata-se de dar resposta aos seguintes objetivos:

- Analisar quais os melhores instrumentos de divulgação do Mestrado em Economia Social;
- Compreender se os instrumentos de divulgação a ser utilizados verificam eficazmente as inscrições no Mestrado de Economia Social;
- Perceber em que ponto está a Sustentabilidade dos *Stakeholders* e a continuidade do Mestrado.

Solicito desde já, que me seja concedida a autorização, para a realização do estudo na vossa Instituição. Desde já agradeço.

Peço Consentimento. Atenciosamente grata pela atenção dispensada,

Vanessa Braga
(Tel: 913544418)